

Jubileu Sul Brasil

História, reflexões e resistência
contra toda forma de dominação

Edição comemorativa
Rede Jubileu Sul Brasil
Novembro / 2014

Expediente

Jubileu Sul Brasil – 15 anos – História, reflexões e resistência contra toda forma de dominação é uma publicação comemorativa dos 15 anos da rede Jubileu Sul Brasil.

Coordenação geral do projeto: Rosilene Wansetto

Edição e organização: Rogéria Araújo e Francisco Vladimir

Projeto gráfico: Ediane Soares (edianes@alu.ufc.br)

Revisão: Rogéria Araújo

Imagens: Arquivo Jubileu Sul, Karina da Silva Pereira, Jaime C. Patias, Francisco Vladimir, Ancop, MST, Mônica Fidelis, Egon Heck, JSA, Paulete Matos, Taringa, TeleSur, Elitiel Guedes.

Jubileu Sul Brasil é uma rede com organizações, campanhas e movimentos sociais que atuam em cerca de 50 países da América Latina e Caribe, África e Ásia. Formalmente constituído em 1999, o Jubileu nasce tendo como objetivo principal o cancelamento das dívidas dos países do Sul Global. No Brasil, a constituição da rede é fruto de um rico processo de debate sobre a dívida nos anos de 1990, promovido por organizações sociais e populares. Dentre as suas principais demandas estão:

- a realização de uma Auditoria da Dívida no Brasil;
- anulação total e incondicional das dívidas ilegítimas cobradas dos povos e países do Sul;
- reconhecimento e reparação das dívidas histórica, social, financeira, ecológica e climática;
- fechamento do Banco Mundial, FMI, OMC, BID e instituições afins;
- a desfinanceirização da natureza e a não implementação de falsas soluções, como o mercado de carbono, a economia verde e os serviços ambientais.

Composição da rede JBS:

Articulação Caldeirão

Cáritas Brasileira

CEBI

CIMI

CSP-Conlutas

ESPLAR

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social

Grito dos Excluídos Continental

Grito dos Excluídos Nacional

Ibrades/CNBB

IFHEP/RJ

ISER - Assessoria

ISPCP/SP

JOC - Brasil

Jubileu Sul - Bahia

Jubileu Sul - Maranhão

Marcha Mundial de Mulheres

Mov. Dos Atingidos pelas Barragens - MAB

Mov. Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

PACS

Pastoral da Mulher Marginalizada - PMM

Pastoral Operária Nacional

Pastoral Social/CNBB

RECID-MA

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras

Multilaterais

Serviço Pastoral do Migrante – SPM

Contatos:

www.jubileusul.org.br

Facebook: Jubileu Sul Brasil

Twitter: @JubileuSul

Telefone: 11. 3112.1524

e-mail: secretaria@jubileusul.org.br

O conteúdo desta revista pode ser reproduzido livremente desde que seja citada a fonte (Jubileu Sul Brasil), inclusive os/as autores/as dos respectivos textos. Não foi possível creditar algumas fotos, caso seja reconhecida autoria pedimos, por gentileza, entrar em contato.

Novembro | 2014 | Brasil

Apresentação

Muito a contar nesses 15 anos percorridos. Nesse período foram tantas lutas, tantas bandeiras e muitos punhos erguidos. Brigamos, resistimos, choramos, ganhamos, perdemos, persistimos. Nisso tudo crescemos como rede, fortalecemos o desejo que nos norteou desde o início: que a vida e os direitos sociais devem estar acima de qualquer modelo de dominação que exista para oprimir. Nada pode aniquilar a dignidade do povo. Nada!

Somos Jubileu Sul Brasil. Esta publicação que você tem em mãos busca contar nossa história através de diferentes olhares. É um passeio por uma trajetória onde lembramos e compartilhamos tudo o que construímos pra chegar até aqui. Vendo as fotos e imagens, é possível até termos a sensação daquele momento vivido.

Os textos tratam de lutas históricas que são o espelho das diversas lutas populares. Seguindo a dinâmica da rede, esta é uma revista escrita com muitas mãos e vontades que indicam que estamos certos no caminho que escolhemos. Cada contribuição aqui é o reflexo dessa construção.

Os valorosos depoimentos aqui expostos também nos gratificam de forma emocionante. São laços que se formaram ao longo desses 15 anos numa comunhão intensa em favor dos excluídos e na defesa da soberania dos povos.

A demanda principal – o cancelamento das dívidas e demais processos de dominação – segue latente na rede. É o que nos move. Foi com essas demandas que o Jubileu traspassou limites, foi além, se fez presente na conjuntura nacional e regional.

Não devemos. Não Pagamos! Mais que um lema ou uma palavra de ordem, tudo o que cerca a dívida – e demais modelos de financeirização nocivos – passa pelo crivo da injustiça, da exclusão, do empobrecimento dos povos, da ilegalidade. Por isso repetimos à exaustão que os povos são os verdadeiros credores.

A rede Jubileu Sul Brasil é debutante, uma menina vestida em muita rebeldia, esforço e ousadia, indo às ruas para dizer a que veio. Muito ainda há que se percorrer, muitas lutas estão por vir. Mas nessa estrada de 15 anos, paramos no aqui/agora, e olhamos para trás. O que vemos? Que tudo está valendo a pena, que nada foi e nem será em vão.

Compartilhamos, então, estes 15 anos com todos e todas que se alimentam dessa fonte inesgotável que é o desejo pela justiça. Boa leitura!

Sumário

Jubileu Sul e a mística da defesa dos direitos sociais dos povos - 7
Pe. Bernard Lestienne

Plebiscito nacional sobre a ALCA:que país era aquele? - 11
Sandra Quintela

Plebiscito da Vale: abertura de debate sobre as privatizações - 16
Dirlene Marques

Desmistificando a dívida – o que é e o que se divulga sobre ela - 22
Luiz Bassegio

Caminheemos juntos para sonhar mais alto - 25
Beverly Keene

Trajatória da campanha Jubileu Sul - 29
Pe. Alfredo J. Gonçalves

A atualidade da dívida e as alternativas - 31
Ivo Poletto

A importância do Jubileu na construção de novas relações de desenvolvimento humano - 38
Magnólia Said

Não alimente os abutres - 39
Gabriel Strautman

A conta da Copa do Mundo - 41
Chico de Filippo

Copa, violações, legados e o valor da articulação em rede - 44
Cláudia Favaro

Grito dos Excluídos/as e Jubileu Sul: processos que caminham juntos e somam forças na construção de uma nova sociedade - 46
Ari Alberti

As andanças do Bispo - 49
Dom Demétrio Valentini

Contribuição da rede Jubileu Sul na defesa da justiça e dos pobres - 51
Pe. Ari Antônio Reis

Quando uma parte da sociedade se move, toda a sociedade se move junto - 55
Luiz Cláudio Mandela

Jubileu Sul e a mística da defesa dos direitos sociais dos povos

Pe. Bernard Lestienne – Coordenação Jubileu Sul Brasil

Jubileu é um amplo movimento pelo cancelamento das dívidas externa e interna. Luta pela reparação e restituição dos imensos danos feitos pelos países enriquecidos. No Brasil, desde 1998, Jubileu se denomina “Jubileu Sul Brasil” (JSB). No ano 2000 tinha mais ou menos 60 campanhas Jubileu nos mais diferentes países. Nem todas essas campanhas nacionais – muitas das quais de caráter religioso – sobreviveram às celebrações do ano 2.000. No Brasil, a campanha revestiu um caráter permanente, com muitas iniciativas e atividades ao longo dos anos nos vários campos da dívida: social, financeiro, econômico, histórico, ambiental, cultural e outros...

Com audácia e muita criatividade, JSB organizou em setembro de 2000 um plebiscito nacional popular sobre a dívida externa. Mais de seis milhões votaram e disseram não à espoliação promovida pela dívida e sim a uma auditoria.

Percebendo que os efeitos do Livre Comércio poderiam ser tão nocivos ou mais que os das dívidas, Jubileu Sul Brasil organizou em setembro de 2002 outro plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em parceria com inúmeros movimentos sociais e populares, igrejas, pastorais, entre tantos atores. Dez milhões de cidadãos participaram. A campanha estava “lançada” e ia se desenvolver ao ritmo das atividades de formação e de celebrações. Uma campanha belíssima e vitoriosa.

Em outubro de 2005, uma 1ª Assembleia popular reuniu durante cinco dias mais de 8.000 membros. De maneira muito criativa, se debateu sobre o tema “o Brasil que queremos”. Esta foi seguida por uma 2ª Assembleia em 2010. Do trabalho contínuo das Assembleias nasceu o livrinho “Projeto popular para o Brasil, na construção do Brasil que queremos”, ainda hoje uma referência política e ideológica para muitos movimentos populares. A nível internacional, JSB assumiu a campanha “Dívida Externa, Somos Credores”.

A metodologia utilizada pela rede valoriza a participação criativa de todos. A campanha se tornou permanente; ela é como um rico laboratório de pesquisa ou uma escola de formação rumo à democracia participativa. Temas considerados como tabus e tratados em segredo pelo governo tornaram-se públicos e hoje são amplamente discutidos na mídia e pela sociedade civil em geral.

Desde a sua fundação, Jubileu teve uma posição de abertura e colaboração com várias entidades. Entre muitas, pode-se mencionar em particular as Semanas Sociais da CNBB e o programa Justiça Econômica, em parceria com a entidade inglesa CAFOD. Há de mencionar os esforços de formação como uma característica da campanha Jubileu. Há subsídios diversos e de qualidade: fascículos, folhetos, revistas, livros, vídeos, filmes, sites etc. O papel dos assessores é determinante.





Um tema novo vai crescendo; urgente. Há uma melhor articulação entre as dívidas social, histórica, cultural e as dívidas ecológicas. Jubileu integra esse “novo” campo de luta, mundial, com o tema: “Basta de dívidas. Pelos direitos humanos e os direitos da natureza”.

Jubileu participa de várias atividades indiretamente ligadas às dívidas. Como, por exemplo, a solidariedade após o terremoto que arrasou o Haiti em janeiro de 2012 com mais de 270.000 mortos. Jubileu participa ativamente nas campanhas locais e internacionais que denunciam a presença de tropas estrangeiras e pedem que os recursos financeiros e humanos sejam orientados para a reconstrução do país.

Em muitos países o impacto negativo da dívida vai aumentando e se torna insuportável. Vejamos apenas alguns poucos números para ilustrar o lema “quanto mais pagamos, mais devemos”. Em dezembro de 2013 a dívida interna atingiu quase 3 trilhões de reais, e a dívida externa 485 bilhões de dólares. Neste ano de 2014, até setembro, o pagamento dos juros da dívida pública foi de 825 bilhões de reais, ou seja, 51% do

orçamento federal. Entre 1978 e 2007, a dívida externa brasileira foi multiplicada por cinco. Era de 52,8 bilhões reais em 1978 e de 243 em 2007.

Eis algumas características da dívida que a Campanha vai aprofundando. O desenvolvimento é um direito fundamental dos povos inscrito em muitas declarações universais. Ora, as dívidas são um obstáculo maior para o desenvolvimento; geram pobreza e miséria, aumentam as desigualdades. Atingem, sobretudo os mais excluídos que não têm culpa na formação e no aumento das dívidas. Essas não geram riqueza, pelo contrário hipotecam o bem-estar das gerações futuras. Elas são o eixo central de um sistema excludente. Não contribuem para responder às necessidades dos mais pobres. Em muitos países os governos gastam de 30 a 40% do seu orçamento para pagar os juros do capital.

A dívida continua a crescer, e já foi paga várias vezes. A Constituição de 1988 prescreve uma auditoria da dívida pública, mas nunca foi feita. Falta um grande debate nacional sobre um tema tão importante para o futuro do país.

Pode-se afirmar que o que move todo o trabalho do Jubileu nestes 15 anos é a mística da defesa dos direitos sociais dos povos, das comunidades, de todos aqueles e aquelas que sofrem os impactos diretos do endividamento, o qual gera empobrecimento e desrespeito à vida. A mística que nos move é a solidariedade e o respeito ao protagonismo e a busca incansável pelo projeto popular que vem sendo alimentado desde as Semanas Sociais e perpassa as lutas travadas ao longo destes últimos anos que se caracterizam

como politicamente democráticas, economicamente justas, socialmente equitativas e solidárias, culturalmente plural e ambientalmente sustentáveis.



Promover Organizar Colaborar Compartilhar Divulgar Participar

Imaginar Inovar

NÃO

- A ALCA, A OMC e as grandes estrangeiras.
- A Dívida externa, ao Banco Mundial, ao FMI e ao Superávit Primário.
- As privatizações da Saúde, da Educação e da água
- A violência das guerras

SIM

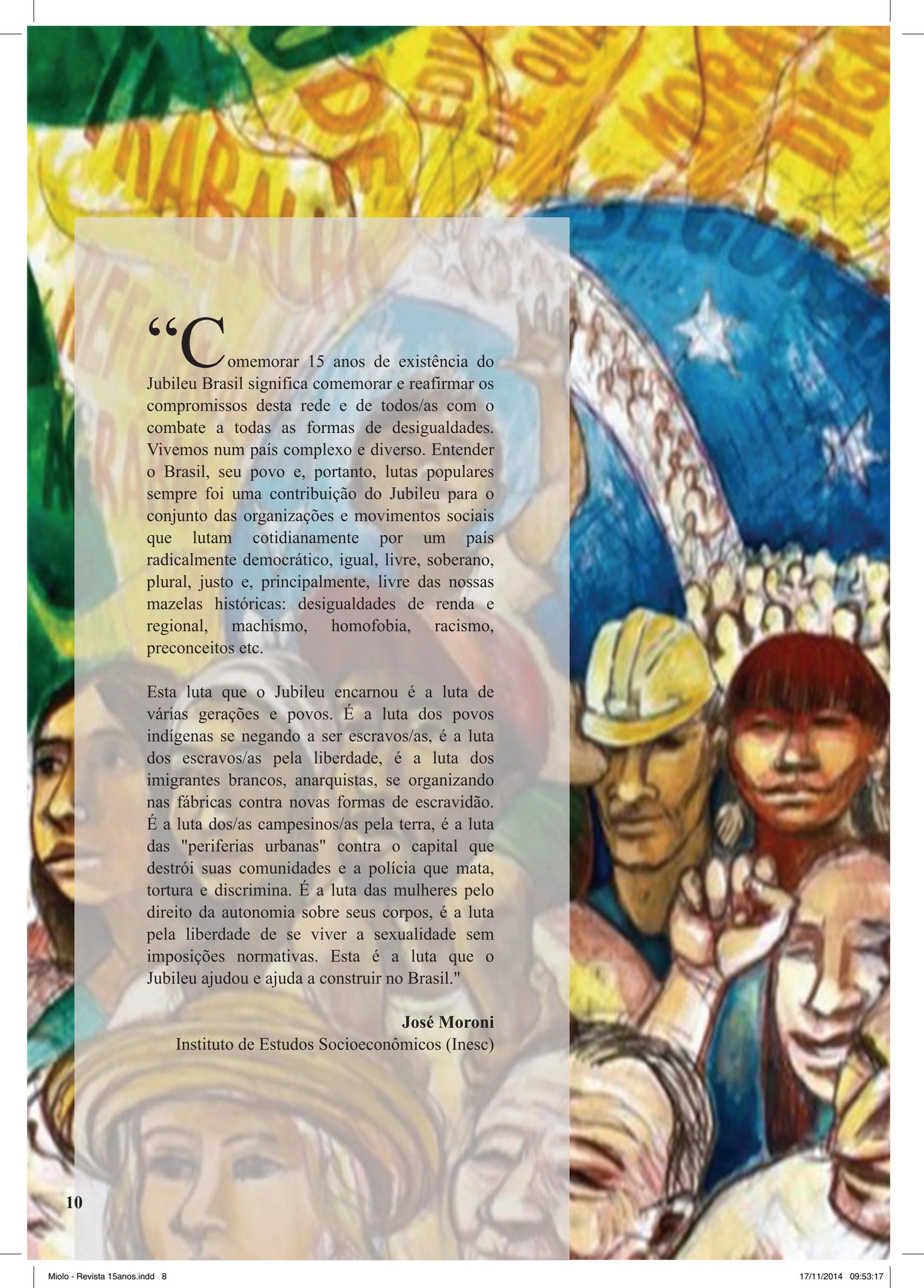
- A Vida
- A soberania Alimentar e a reforma Agrária
- Ao Direito do trabalho
- A educação e a saúde Pública e de qualidade
- A moradia para todos e todas

Mobilizar Edificar Sonhar Usar Unir Lutar

Solidarizar Expressar Difundir

Construir Comunicar Movimentar Avançar Aprender Movimentar





“Comemorar 15 anos de existência do Jubileu Brasil significa comemorar e reafirmar os compromissos desta rede e de todos/as com o combate a todas as formas de desigualdades. Vivemos num país complexo e diverso. Entender o Brasil, seu povo e, portanto, lutas populares sempre foi uma contribuição do Jubileu para o conjunto das organizações e movimentos sociais que lutam cotidianamente por um país radicalmente democrático, igual, livre, soberano, plural, justo e, principalmente, livre das nossas mazelas históricas: desigualdades de renda e regional, machismo, homofobia, racismo, preconceitos etc.

Esta luta que o Jubileu encarnou é a luta de várias gerações e povos. É a luta dos povos indígenas se negando a ser escravos/as, é a luta dos escravos/as pela liberdade, é a luta dos imigrantes brancos, anarquistas, se organizando nas fábricas contra novas formas de escravidão. É a luta dos/as camponeses/as pela terra, é a luta das "periferias urbanas" contra o capital que destrói suas comunidades e a polícia que mata, tortura e discrimina. É a luta das mulheres pelo direito da autonomia sobre seus corpos, é a luta pela liberdade de se viver a sexualidade sem imposições normativas. Esta é a luta que o Jubileu ajudou e ajuda a construir no Brasil."

José Moroni

Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Plebiscito nacional sobre a Alca: que país era aquele?

Sandra Quintela - PACS

No momento em que Jubileu Sul Brasil nasce, vivíamos um momento político no Brasil no qual os movimentos sociais se encontravam em um processo crescente de articulação em torno de lutas e bandeiras comuns. Citamos os processos, por exemplo, das Semanas Sociais Brasileiras, (da 3ª SSB surgiu o processo do Grito dos Excluídos) e a Campanha Jubileu Sul com os vários tribunais e simpósios sobre a dívida externa. Outro processo interessante foi a grande Marcha a Brasília no ano de 1997. Ainda o processo organizado e exitoso do Plebiscito da Dívida em 2000 e, em 2002, o Plebiscito popular sobre a ALCA. Além disso, merecem destaque as inúmeras bandeiras assumidas de luta contra o Livre Comércio, os transgênicos, a militarização, a luta pela Auditoria da Dívida, pela Reforma Agrária, a luta das mulheres, dos indígenas e tantas outras, que convergiam em uma força maior na sociedade brasileira.

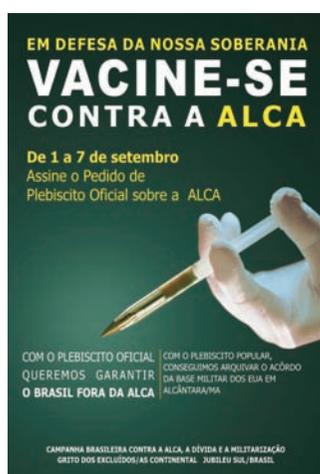
Entre todas elas, vamos discorrer um pouco mais sobre o plebiscito sobre a Alca, cuja secretaria operativa, o Jubileu Sul abrigou.

Até o ano de 2002, não havia debates ou informações a respeito da Área de Livre Comercio das Américas - ALCA; a imprensa brasileira ignorava o tema e os centros de excelência não produziam pesquisas ou estudos sobre os impactos e ganhos da implementação do acordo de livre comércio. No meio empresarial, alguns setores que recebiam informações privilegiadas do governo brasileiro, em especial o de agronegócios, começaram rapidamente a adaptar sua produção às exigências fitossanitárias, como foi o caso da produção de frangos pela empresa Sadia. É neste cenário, de total silêncio por parte do governo e da imprensa, que o Brasil estava negociando sua participação na ALCA.

A partir do segundo semestre de 2002, diversos movimentos sociais, sindicatos, entidades, organizações políticas e pessoas sem referência na militância, conseguiram pautar o tema da ALCA na sociedade brasileira. Neste mesmo ano foi lançada a Campanha Continental contra a ALCA em toda a América Latina e Caribe. Em 2005 a Alca é “enterrada” na IV Cúpula dos Presidentes das Américas em Mar del Plata, Argentina.

Trocar em miúdos a ALCA

De junho até fim de agosto, foi feito um esforço gigantesco para “popularizar” o tema, organizando debates em escolas públicas e privadas, seminários, exibição de filmes em praças e espaços públicos. A Campanha Nacional Contra Alca conseguiu provocar reações até dos candidatos à presidência da República, como foi o caso de Lula. Ao ser perguntado pela imprensa sobre a sua opinião em relação ao plebiscito popular contra Alca, o candidato respondeu “este plebiscito é uma brincadeira”. Outro candidato, Anthony Garotinho, fez questão de votar em uma das urnas da Campanha, na cidade de São Paulo.





Outro aspecto interessante do Plebiscito Popular Contra Alca foi a participação de pessoas que não militavam em qualquer organização social. Organizado em comitês populares contra Alca, este contingente de pessoas, que não se sabe com precisão o número, atuou de forma a garantir que os espaços dos comitês não se transformassem em palco de disputas por organizações e partidos.

Fruto também da ofensiva da campanha contra a ALCA, houve um aumento do espaço concedido pela imprensa ao tema, com uma cobertura extremamente favorável ao tratado, por boa parte da mídia impressa. Ou seja, aquilo que corria em segredo teve que virar pauta.

Grande escola de formação política

O principal campo de atuação da campanha era a formação. E nesse contexto, destacamos três aspectos principais:

1. A dimensão política: os militantes sociais devem entender as particularidades da luta de classes no momento atual, assim como produzir análises de conjuntura em nível local, estadual, nacional e internacional, tendo como instrumento principal o pensamento crítico.
2. A dimensão técnica: os militantes sociais devem compreender as principais transformações da sociedade no âmbito da economia e do Estado. Ou seja, devem estudar as bases da teoria econômica que fundamentam o neoliberalismo, a constituição das agências multilaterais e seu papel na estruturação do capitalismo financeiro, os tratados comerciais e suas consequências sociais, as diferentes experiências históricas de integração dos povos que se apresentam como alternativa ao poder hegemônico dos Estados imperialistas. Devem ainda avaliar as transformações culturais decorrentes das ações das corporações multinacionais e dos Estados hegemônicos como: perda da soberania alimentar dos povos, mercantilização da cultura popular, etc.
3. Dimensão ética: é necessário desenvolver novas formas de relações humanas no interior das campanhas e movimentos como prática concreta de uma ética socialista. Importante também estudar as transformações do conteúdo da ética ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade humana como forma de perceber a ética como práxis, ou seja, como atividade consciente determinada por um objetivo comum que se transforma com as mudanças ocorridas no interior dos processos históricos.

Em 2002, o contexto político era absolutamente distinto do atual. Vivíamos o oitavo ano do governo de Fernando Henrique Cardoso. Havia um ascenso dos movimentos sociais cujo reflexo foram os mais de 10 milhões de votos no plebiscito da ALCA,

| Plebiscito Nacional sobre a ALCA | | |
|---|--------------------------|--------------------------|
| ESCOLHA APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS EM CADA PERGUNTA | | |
| 1. O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA? | Sim | Não |
| | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA? | Sim | Não |
| | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos? | Sim | Não |
| | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

1 a 7 de Setembro

naquela que foi considerada a maior campanha do país desde “O petróleo é nosso”. A campanha contra a ALCA reunia um amplo espectro de organizações brasileiras em uma plataforma política fundamental nesse processo de ascenso. Tínhamos sentado à mesma mesa, “de trotskistas a bispos” definindo, a partir de uma agenda comum, um plano de lutas.

Bons tempos!

Tínhamos agenda e calendário de lutas comuns. Enfrentamos resistências enormes. Lembrando que 15 dias antes do plebiscito, o PT se retirou da coordenação do mesmo. Sendo a pergunta sobre Alcântara (território brasileiro que seria entregue aos EUA para a construção de base militar), o pivô da questão. Imaginem que tudo isso aconteceu a um mês da eleição de Lula.

Ou seja, com todas as contradições de estar dentro e fora, o conjunto das organizações sociais de esquerda desse país disputou ideias na sociedade. Conquistamos mentes e corações nessa briga. Considero que a vitória de Lula naquele momento teve a ver também com esse cenário de encantamento pela política que o plebiscito despertou.

O plebiscito popular sobre a ALCAa muito nos ensinou. Precisáramos, quem sabe, passados mais de uma década voltar a nos encontrar todxs que construímos esse processo e perguntar: o que aprendemos? O que fizemos de certo? De errado? Que heranças carregamos? É possível construirmos hoje uma plataforma política tão ampla como aquela?

Jubileu Sul Brasil espera que sim!





"**A**colaboração solidária entre Jubileu Sul Brasil e o movimento popular haitiano foi fraternal, de grande qualidade e ajudou muito a sensibilizar aos setores progressistas no Brasil sobre o escândalo da participação das tropas brasileiras na ocupação militar de nosso país sob a proteção das Nações Unidas com a Minustah.

Jubileu Sul Brasil organizou múltiplas atividades de solidariedade com o Haiti durante longos anos e motivou muito setores brasileiros a trabalhar sobre a questão da dívida externa reclamada a nosso país, que constitui uma grande injustiça porque nasce da dívida paga para França durante mais de um século sob o conceito de "dívida da independência" para indenizar aos antigos donos franceses de escravos e plantações "expropriadas" pela revolução de 1804.

Jubileu Sul Brasil trabalhou muito para assegurar a presença do movimento popular haitiano nos espaços do FSM desde 2001.

Jubileu Sul Brasil iniciou com a PAPDA o processo que desembocou sobre a construção de uma brigada chamada "Brigada Dessalines" que, desde 2008, assegura a presença de dezenas de quadros do MST, dos movimentos camponeses brasileiros e da Via Campesina, que vivem no Haiti trabalhando no terreno com diferentes frentes de organizações camponesas haitianas sobre eixos concretos como a soberania alimentar, sementes nativas, reflorestamento etc...A Brigada Dessalines tem um impacto importante no Haiti e é uma mostra concreta de mecanismo de solidariedade de povo a povo.

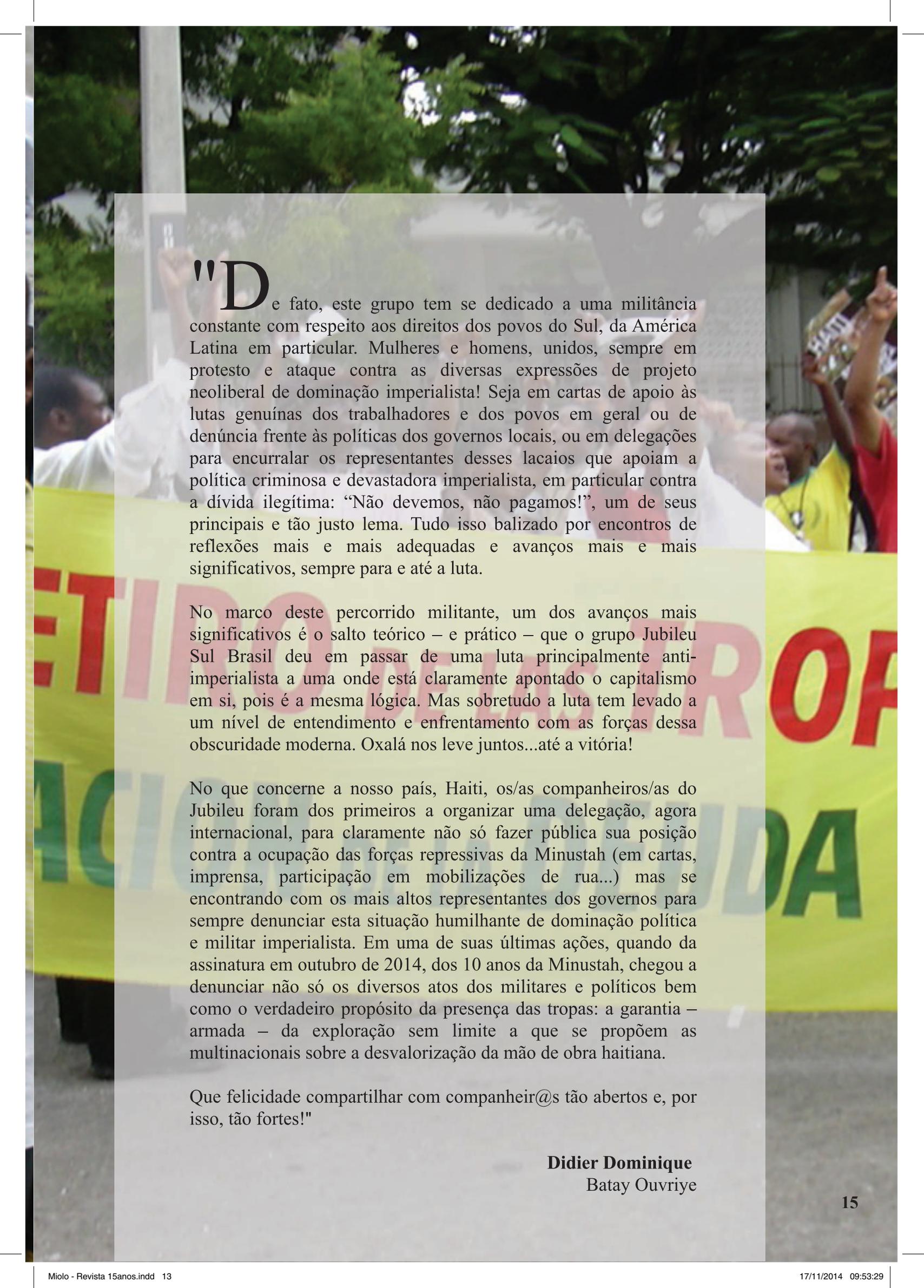
Jubileu Sul Brasil trabalhou também para facilitar o diálogo e intercâmbios diretos entre setores políticos haitianos e brasileiros.

Jubileu Sul Brasil mobilizou uma forte delegação de organizações sociais do Brasil composta por acadêmicos, dirigentes de Igreja e jornalistas para participar em uma missão de observação e solidariedade no Haiti dirigida por Adolfo Pérez Esquivel, Nora Cortiñas e JSA. O relatório desta missão de abril de 2005 e o vídeo-reportagem produzido por ela, que esteve no Haiti por uma semana, foi elemento chave na criação de comitês de solidariedade com o povo haitiano e na grande mobilização (na Argentina, Uruguai, América Central e Europa) para demandar a saída das tropas de ocupação da Minustah no Haiti.

A relação entre Jubileu Sul Brasil, PAPDA e os movimentos sociais haitianos, em particular com a PAPDA, é um exemplo de solidariedade e de ternura entre os povos que foi extremamente frutífera durante mais de 15 anos e pode ser utilizada para alimentar sonhos de uma relação solidária direta de povos para povos, que deve constituir uma semente para a reconstrução do internacionalismo – condição indispensável para fazer possíveis mudanças e rupturas com a ordem imperialista e criminosa atual."

Camille Chalmers

Plataforma Haitiana de Ação por um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA)



"**D**e fato, este grupo tem se dedicado a uma militância constante com respeito aos direitos dos povos do Sul, da América Latina em particular. Mulheres e homens, unidos, sempre em protesto e ataque contra as diversas expressões de projeto neoliberal de dominação imperialista! Seja em cartas de apoio às lutas genuínas dos trabalhadores e dos povos em geral ou de denúncia frente às políticas dos governos locais, ou em delegações para encurralar os representantes desses lacaios que apoiam a política criminosa e devastadora imperialista, em particular contra a dívida ilegítima: “Não devemos, não pagamos!”, um de seus principais e tão justo lema. Tudo isso balizado por encontros de reflexões mais e mais adequadas e avanços mais e mais significativos, sempre para e até a luta.

No marco deste percorrido militante, um dos avanços mais significativos é o salto teórico – e prático – que o grupo Jubileu Sul Brasil deu em passar de uma luta principalmente anti-imperialista a uma onde está claramente apontado o capitalismo em si, pois é a mesma lógica. Mas sobretudo a luta tem levado a um nível de entendimento e enfrentamento com as forças dessa obscuridade moderna. Oxalá nos leve juntos...até a vitória!

No que concerne a nosso país, Haiti, os/as companheiros/as do Jubileu foram dos primeiros a organizar uma delegação, agora internacional, para claramente não só fazer pública sua posição contra a ocupação das forças repressivas da Minustah (em cartas, imprensa, participação em mobilizações de rua...) mas se encontrando com os mais altos representantes dos governos para sempre denunciar esta situação humilhante de dominação política e militar imperialista. Em uma de suas últimas ações, quando da assinatura em outubro de 2014, dos 10 anos da Minustah, chegou a denunciar não só os diversos atos dos militares e políticos bem como o verdadeiro propósito da presença das tropas: a garantia – armada – da exploração sem limite a que se propõem as multinacionais sobre a desvalorização da mão de obra haitiana.

Que felicidade compartilhar com companheir@s tão abertos e, por isso, tão fortes!"

Didier Dominique
Batay Ouvriye

Plebiscito da Vale: abertura de debates sobre privatizações

Dirlene Marques - Rede Feminista de Saúde

"O plebiscito nos dá a oportunidade de exercer a democracia direta, participativa, já prevista na Constituição como forma válida de manifestação da decisão do povo".
(Dom Demétrio)

O Plebiscito Popular “A Vale é nossa” aconteceu na semana da pátria, de 1º. a 7 de setembro de 2007. Foi o terceiro organizado pelo Jubileu Sul e por outros movimentos sociais, e foi o mais polêmico devido ao seu conteúdo e ao contexto histórico em que foi realizado. O plebiscito fazia as seguintes perguntas:

1-VOCÊ CONCORDA QUE A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO PELO POVO BRASILEIRO E PRIVATIZADO EM 1997, DEVE CONTINUAR NAS MÃOS DO CAPITAL PRIVADO?

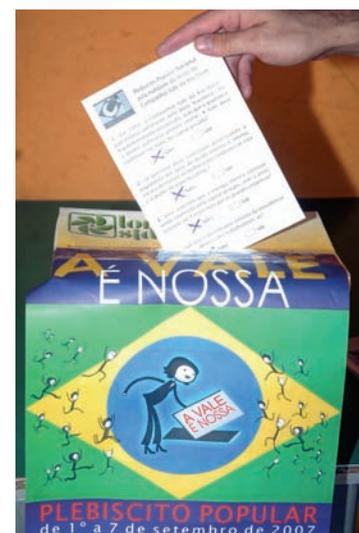
2-VOCÊ CONCORDA QUE O GOVERNO CONTINUE PRIORIZANDO O PAGAMENTO DOS JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA DEIXANDO DE INVESTIR EM TRABALHO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, SANEAMENTO, REFORMA AGRÁRIA, ÁGUA, ENERGIA, TRANSPORTE, AMBIENTE SAUDÁVEL?

3 - VOCÊ CONCORDA QUE A ENERGIA ELÉTRICA CONTINUE SENDO EXPLORADA PELO CAPITAL PRIVADO COM O POVO PAGANDO ATÉ 8 VEZES MAIS QUE AS GRANDES EMPRESAS?

4 - VOCÊ CONCORDA COM A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA QUE RETIRA DIREITOS DOS TRABALHADORES?

A época era sintomática. Estávamos no segundo governo Lula, e o plebiscito deixava claro que a política econômica do governo continuava submetida às imposições neoliberais e privatistas do FMI e do Banco Mundial. Quais eram estas políticas? Implementação da Reforma (Privatização) da Previdência, acusando-a falsamente de deficitária. Continuar reduzindo o papel do estado por meio de vários mecanismos dentre eles as Parcerias Público-Privadas, que abriam as portas da privatização e terceirização de vários segmentos importantes da economia, como a infraestrutura viária. O aumento dos pedágios em nossas estradas é uma das facetas dessas políticas econômicas.

Também fazia parte desse pacote a realização de superávits primários elevados para o pagamento do serviço da dívida pública (externa e interna). Superávit é o resultado positivo das contas públicas quando a arrecadação e a receita superam os gastos. Dessa conta ficam fora os juros e a correção monetária da dívida pública.



Para constituírem superávits elevados, as medidas mais impopulares e desastrosas para o país foram adotadas: privatização indireta da Petrobras, com os leilões de poços de petróleo a preços vis; venda das jazidas minerais; privatização da água através do projeto de Transposição do São Francisco; entre outras medidas do gênero.

Mas a pior privatização ocorreria nos Direitos Sociais previstos no Artigo 6º da Constituição Federal como a educação, saúde e previdência públicas. Ainda com o objetivo de manter elevados superávits primários para pagar o serviço da dívida houve precarização daqueles serviços públicos fundamentais pela redução drástica de investimentos. Assim, milhões de brasileiras e brasileiros foram empurrados para escolas particulares e planos de saúde, nem sempre de qualidade. A Reforma da Previdência também atendeu a esta mesma lógica de redução de investimentos sociais e abertura de portas ao setor privado.



O Plebiscito da Vale abria, portanto, a discussão sobre a política econômica e deixava claro a manutenção da agenda das privatizações.

Breve histórico

A privatização das estatais e a redução do papel do estado é parte de um projeto maior – o neoliberalismo - que previa reformas que hoje fazem parte do senso comum e todos conhecemos muito bem: abertura comercial, desregulação dos mercados internos nacionais, e a redução do setor público a funções onde a iniciativa privada não tenha interesse por não dar lucro.

Reportar-se ao projeto neoliberal é importante para a compreensão das privatizações e, particularmente, da privatização da Vale do Rio Doce. Este projeto foi sendo desenvolvido ao longo dos anos 1980 pelos centros hegemônicos (sobretudo Estados Unidos da América), que negociavam com os países subdesenvolvidos o pagamento da dívida externa.

O Plano Real, implantado no governo de Itamar Franco, em 1994, veio no bojo das reformas neoliberais. Trouxe radicais mudanças na sociedade: a responsabilidade do estado na área social é reduzida e políticas públicas são transferidas para o mercado, visto como uma entidade autônoma que deve ser respeitada acima dos direitos da população brasileira. Ou seja, a lógica por trás disto era que o mercado é mais eficiente do que o Estado. A ideia do público passa para o privado e a ideia do coletivo passa para o individual. Muda-se a linguagem, no contexto da dominação da mídia e dos partidos no poder. Acirra-se a competitividade.



Integra essa lógica também a privatização das empresas estatais sob a cantilena de que elas eram ineficientes e de que o país ganharia com a sua transferência para o capital privado nacional e internacional. É nesse processo que se doa a Vale do Rio Doce, que se entrega as empresas de telecomunicações, e que passam a vender as ações de grandes empresas como a Petrobras. Ao mesmo tempo, garantiam a lucratividade das empresas agora privatizadas, através de contratos lesivos que permitiam a elevação dos preços de tarifa acima da inflação, entre outros favores em benefícios a essas empresas.

Na nova lógica econômica, o estado deve ser mínimo, mas forte o suficiente para dar conta da acumulação capitalista. Assim, deve repassar suas

funções para a iniciativa privada e para as organizações não governamentais (ONGs) através de parcerias nas quais o estado ou as empresas são os financiadores. Desta forma, as políticas públicas não mais devem ser universais, e em seu lugar são enfatizadas as políticas focalizadas (nos pobres e nos que pressionam para atender focalizados), reduzindo o caráter republicano do estado e impondo adicionais sacrifícios até para as classes médias.

Hoje parece ter virado senso comum a ideia de que as empresas privadas são boas, rentáveis, eficientes, e as empresas públicas são deficitárias, cabides de emprego, corruptas. Nada se fala da perversa inversão de valores, com o estado sendo o garantidor da lucratividade destas empresas através de financiamentos subsidiados, de constantes injeções de recursos para “salvá-las” e concessão de liberdade tarifária.

É a realização da grande Utopia do Mercado: o capitalismo sem risco. Não se pode deixar de destacar que a corrupção é inerente à realização do receituário neoliberal com suas políticas anti-povo e anti-nação. Ou seja, parte-se do princípio de que governante nenhum entrega o patrimônio de uma nação e impõe pesados encargos sobre o seu povo, sem também receber os “benefícios” das relações promíscuas com o mercado.

Outro argumento utilizado na onda das privatizações foi a necessidade do pagamento da dívida do setor público. Alguns dados: em janeiro de 1995 quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência a dívida interna era de R\$ 62 bilhões e a externa alcançava US\$ 143 bilhões. No período do governo FHC, o Brasil pagou R\$ 2,079 trilhões a título de juros, amortizações e rolagem da dívida.

Em janeiro de 2003, quando Lula assume a presidência, a dívida interna estava em R\$ 687 bilhões e a externa em US\$ 211 bilhões. Ao final do governo Lula em 2010, a dívida interna alcançava R\$ 2 trilhões e 241 bilhões e a externa

US\$ 357 bilhões. E foram pagos R\$ 4,763 trilhões a título de juros, amortizações e rolagem da dívida.

Lula ainda fez uma jogada política brilhante ao propagandar que estava quitando a parcela com o FMI de US\$ 15,5 bilhões, o que lhe rendeu enormes frutos na mídia e confundiu a cabeça dos brasileiros que passaram a pensar que a dívida brasileira teria sido paga. Ele apenas transformou uma dívida com o FMI para uma dívida interna, com os banqueiros. Por isto, a dívida interna cresce tanto.

Assim, apesar de toda a entrega do patrimônio público brasileiro, os dados hoje deixam claro que a dívida continuou a crescer assustadoramente.

Este era o complicado contexto em que foi realizado o plebiscito que, de um lado, colocava o dedo no cerne da política econômica neoliberal do governo Lula, e denunciava as diferentes formas de privatizações e o constante aumento das dívidas. De outro lado, abria a oportunidade para o governo, se quisesse, fazer as reformas necessárias e prometidas durante a campanha, apoiado nas lutas populares, como era a campanha da Vale.

Por que foi feito o Plebiscito da Vale?

A Companhia Vale do Rio Doce foi entregue ao capital privado no dia 6 maio de 1997, por R\$ 3,3 bilhões. Na época, o patrimônio da Vale era calculado em R\$ 92 bilhões, 28 vezes o valor pelo qual foi vendida. A Vale não era uma simples empresa estatal, mas um complexo empresarial, altamente lucrativo, independente do Tesouro Nacional, envolvendo 54 empresas. Era a segunda empresa nacional, logo após a Petrobras, sendo a maior produtora de minério de ferro do planeta, a maior produtora de bauxita da América Latina e a terceira maior mineradora do mundo em diversidade de produtos, além de deter direitos minerários sobre imensas reservas. E, como todas as empresas estatais, desenvolveu um enorme conhecimento técnico-científico,

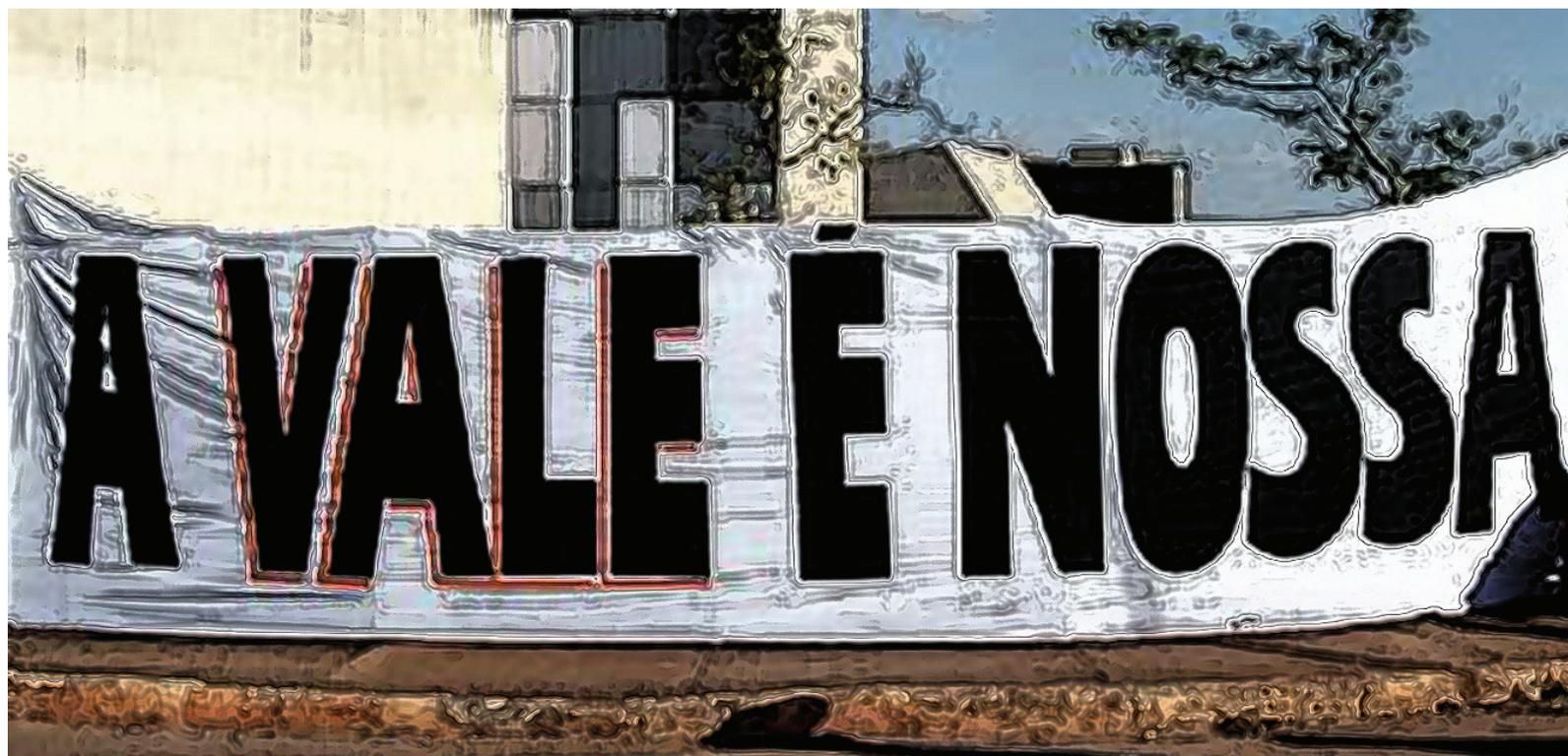


através da empresa do grupo Docego.

Devido às irregularidades de todo o processo, 107 ações de pessoas físicas foram abertas na Justiça, das quais 62 foram reabertas em 2005. Como exemplo de algumas dessas ilegalidades, o artigo 176 da Constituição Federal determina que as jazidas, em lavra ou não, pertencem à União e devem seguir o princípio da soberania nacional e atender os interesses do povo brasileiro. A privatização da Vale foi, portanto, inconstitucional. O governo ainda aceitou como pagamento as chamadas “moedas podres” (1), e determinou um preço de venda muito abaixo de seu valor de mercado, entre outros favores lesa-pátria.

O resultado do Plebiscito da Vale (3,7 milhões pessoas votaram, sendo que 94,5% foram favoráveis a reestatização) deixou claro que a população defende um Estado presente e atuante. Os milhões de votos nas 4 perguntas mostraram que o povo queria mudanças na política econômica do governo.

Embora bastante expressiva, a votação foi bem inferior aos plebiscitos sobre a dívida externa e a ALCA. Contribuiu para isto o não envolvimento de setores do movimento social e sindical que, apoiando o governo Lula, achavam que não era



econômica. Além disso, Lula deu uma entrevista dizendo que não queria a reestatização nem pretendia discutir a ideia, mesmo tendo feito uma intensa campanha durante as eleições de 2006 contra as privatizações do PSDB e assumia que esta não era a política adotada pelo seu governo.

A mobilização também deixou claro uma nova situação que os movimentos deveriam enfrentar: a perda da autonomia frente ao governo, de parte do movimento social e sindical.

E usando o Plebiscito como um instrumento de mobilização, de organização e de formação de consciência, a Campanha pela Reestatização da Vale, com um Plebiscito Popular, foi fundamental para a retomada da discussão mais

geral, que sempre fez parte da agenda do movimento social: o projeto do país que queremos.

(1) Moedas de privatizações ou moedas podres, como passaram a ser chamadas, são, grosso modo, títulos públicos que passaram a ser aceitos como pagamento na compra das estatais. Normalmente, eram papéis cujo valor estava abaixo de seu valor de face, na maioria inferior a 50%, negociados no mercado de ações com elevados deságios. Eram utilizados nas privatizações com seu valor de face. O que, portanto, fazia com que o preço pago pelas estatais caíssem ainda mais.

- - -

"C onheço o Jubileu Sul há vários anos. Li várias de suas publicações e reconheço a sua importância na denúncia sobre o sistema da dívida e o mal que produz em nosso país. É uma das vozes que nos relembram constantemente, quando muitos gostariam de esquecer, a exigência da Constituição de 1988 de Auditoria da Dívida Pública. Acompanhei também de perto a presença ativa de companheira/os do Jubileu em algumas atividades junto a movimentos sociais e articulações da sociedade civil e sou testemunha de sua dedicação e disposição para construir a unidade tão desejada. Sua atuação tem sido muito importante para fazer avançar as lutas, num momento particularmente difícil para a mobilização social."

Ivo Lesbaupin

Instituto de Estudos da Religião/Abong

Desmistificando a dívida - o que é e o que se divulga sobre ela

Luiz Bassegio - Grito dos Excluídos Continental/Programa Justiça Econômica

Com bastante tranquilidade e satisfação posso falar da Rede Jubileu Sul Brasil pois tenho vivenciado esta história desde a sua origem. Na década de 70, o tema da dívida teve ampla discussão no cenário nacional sendo que o debate era animado principalmente pelas Igrejas do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic). Entretanto, o tema caiu no “esquecimento” e voltou a estar na pauta, principalmente dos movimentos sociais e de algumas igrejas no final dos anos 80.

Atualmente a Rede é animada e coordenada pelas pastorais sociais da CNBB, Conic, Cáritas, MST, Grito dos Excluídos e PO, entre outras.

Sua origem tem inspiração bíblica, onde acontecia a cada 50 anos o Jubileu que consistia no perdão das dívidas, reforma agrária (devolução das terras a seus antigos donos) e a libertação dos escravos mantidos em tais condições devido às dívidas.

Importantes acontecimentos marcaram a origem de Rede Jubileu: em 1998, foi organizado o Simpósio de Dívida Externa em Brasília que foi um marco fundamental na retomada do debate sobre a dívida que, desde a década de 70, havia caído no esquecimento. Também vale lembrar o Tribunal da Dívida realizado em maio de 1999 no Rio de Janeiro e, nesta ocasião, decidiu-se realizar um Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa. Mais de seis milhões de pessoas participaram. Já no ano de 2002, organizou-se o plebiscito popular sobre o tema da ALCA, onde mais de 10 milhões de pessoas manifestaram-se contra a assinatura deste acordo.

No ano de 2004 deu-se início à 4ª Semana Social Brasileira que, junto com a Rede Jubileu Sul/Brasil, a Campanha Brasileira contra a ALCA e outras inúmeras organizações, realizaram em 2005 uma Assembleia Popular com mais de oito mil pessoas em Brasília para debater o Brasil que Queremos.



Avanços

Creio que nestes 15 anos de história a rede Jubileu sul Brasil trouxe importantes avanços no debate sobre as dívidas desmistificando o que é e o que se divulga, o senso comum sobre os temas através dos grandes meios de comunicação social.

A rede Jubileu levou adiante uma importante batalha ideológica mostrando que a dívida externa e interna, pelos estudos já elaborados no Brasil através da Auditoria Cidadã, é ilegítima, injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. Foi constituída sem consultar a sociedade e fora dos marcos legais vigentes, não favorece o desenvolvimento sustentável, prejudica a maioria da população, viola os direitos sociais e humanos e torna vulnerável a soberania nacional.

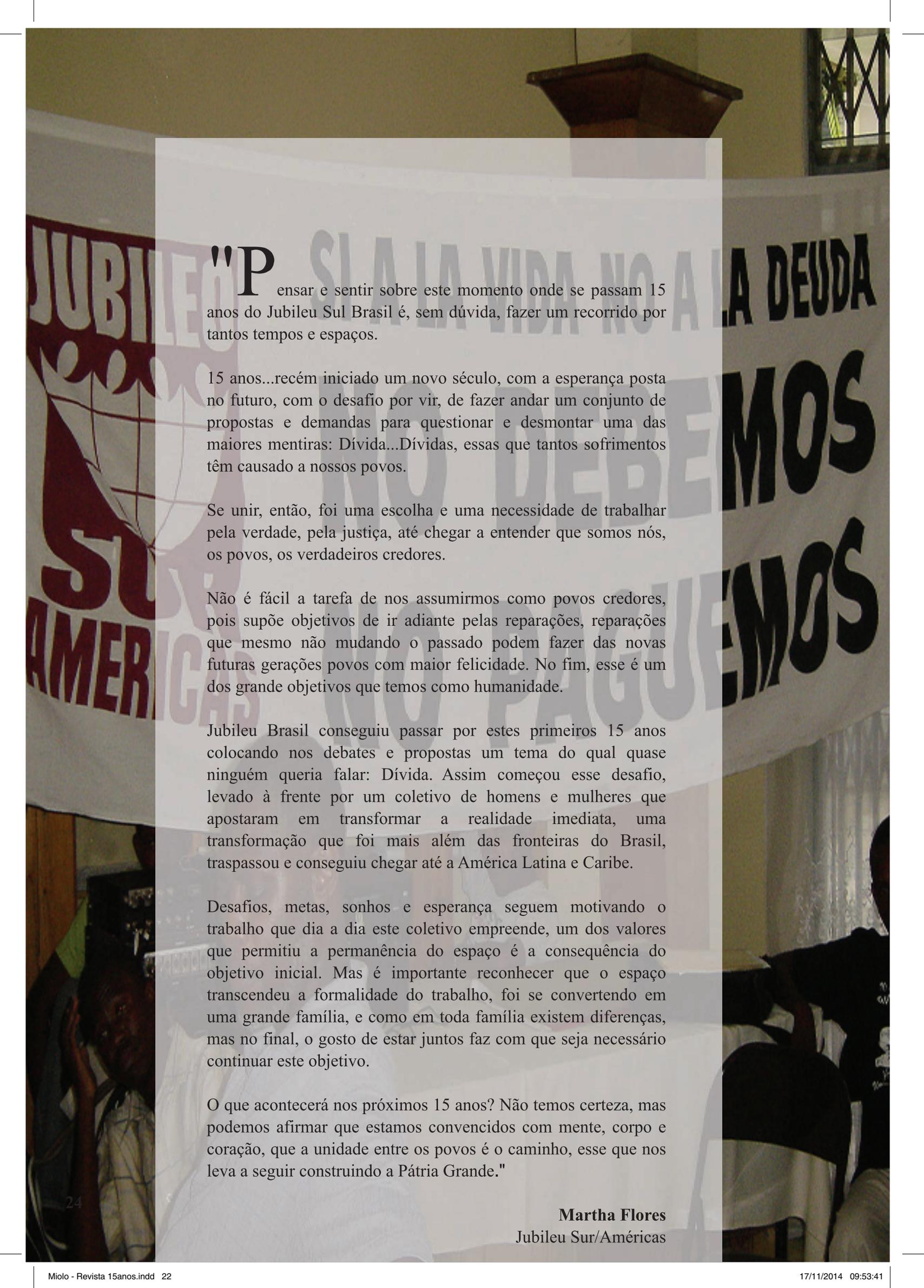
Mas o debate não se restringiu à dívida interna e externa. Levantou a discussão sobre as dívidas sociais. Juntamente com a Semana Social Brasileira ficou claramente demonstrado que as dívidas sociais têm sua origem basicamente em três pontos:

- A dominação político-cultural a que foi submetido o povo brasileiro ao longo dos séculos onde só era bom o que vinha da Europa, desprezando toda a riqueza e culturas dos povos nativos, indígenas, negros etc;
- A escravidão como uma das principais raízes que deram origem às dívidas sociais;
- A dívida externa injustamente contraída sem consultar o povo brasileiro e já paga muitas vezes.

Desta forma, temas considerados como tabus e tratados em segredo pelo governo, como Dívida e ALCA, tornaram-se públicos e hoje são ou foram amplamente discutidos na mídia e pela sociedade civil em geral.

Atualmente, a Rede Jubileu, além de capitanear o debate em torno da dívida, está articulada com outras redes, de modo especial com o Programa Justiça Econômica na luta pelos direitos sociais. Trata-se de não apenas garantir os direitos sociais já constituídos, mas de universalizá-los e conquistar novos direitos como os relativos ao meio ambiente, água e os direitos das minorias.





"Pensar e sentir sobre este momento onde se passam 15 anos do Jubileu Sul Brasil é, sem dúvida, fazer um recorrido por tantos tempos e espaços.

15 anos...recém iniciado um novo século, com a esperança posta no futuro, com o desafio por vir, de fazer andar um conjunto de propostas e demandas para questionar e desmontar uma das maiores mentiras: Dívida...Dívidas, essas que tantos sofrimentos têm causado a nossos povos.

Se unir, então, foi uma escolha e uma necessidade de trabalhar pela verdade, pela justiça, até chegar a entender que somos nós, os povos, os verdadeiros credores.

Não é fácil a tarefa de nos assumirmos como povos credores, pois supõe objetivos de ir adiante pelas reparações, reparações que mesmo não mudando o passado podem fazer das novas futuras gerações povos com maior felicidade. No fim, esse é um dos grande objetivos que temos como humanidade.

Jubileu Brasil conseguiu passar por estes primeiros 15 anos colocando nos debates e propostas um tema do qual quase ninguém queria falar: Dívida. Assim começou esse desafio, levado à frente por um coletivo de homens e mulheres que apostaram em transformar a realidade imediata, uma transformação que foi mais além das fronteiras do Brasil, traspassou e conseguiu chegar até a América Latina e Caribe.

Desafios, metas, sonhos e esperança seguem motivando o trabalho que dia a dia este coletivo empreende, um dos valores que permitiu a permanência do espaço é a consequência do objetivo inicial. Mas é importante reconhecer que o espaço transcendeu a formalidade do trabalho, foi se convertendo em uma grande família, e como em toda família existem diferenças, mas no final, o gosto de estar juntos faz com que seja necessário continuar este objetivo.

O que acontecerá nos próximos 15 anos? Não temos certeza, mas podemos afirmar que estamos convencidos com mente, corpo e coração, que a unidade entre os povos é o caminho, esse que nos leva a seguir construindo a Pátria Grande."

Martha Flores
Jubileu Sur/Américas

Caminhemos juntos, para sonhar mais alto

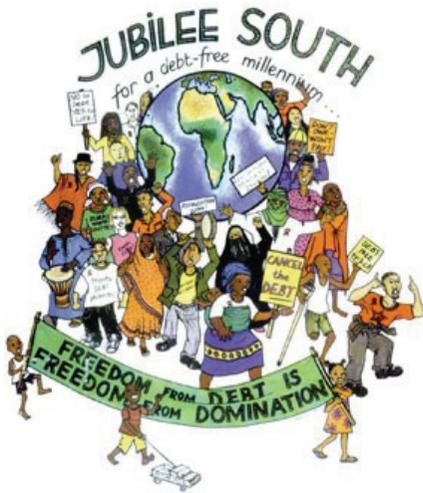
Beverly Keene - Diálogo 2000



Foi em janeiro de 1999, há 15 anos. Nos encontramos em Tegucigalpa, capital de Honduras, que estava ainda sob o impacto catastrófico do furacão Mitch, que havia arrasado vidas, presentes e futuros em toda a região centroamericana meses antes. Veio o primeiro Encontro Latinoamericano e Caribenho do Jubileu 2000. O objetivo era ampliar e articular os esforços em toda nossa América para superar a dominação instrumentada através do perverso sistema da dívida.

Da Argentina foram duas pessoas representando o Diálogo 2000, um espaço jovem de reflexão e ação compartilhada na promoção dos direitos dos povos – todos nossos direitos como humanos – e a integração popular regional. Chegamos a Tegucigalpa com vontade mas também com inquietações. A partir de nossa vivência dos estragos sociais, econômicos, ecológicos e políticos de uma dívida reconhecidamente ilegítima e arrasadora de nossa soberania e bens, produto direto da repressão e da política econômica instaurada pela ditadura, sentimos incômodos diante do enfoque e prioridades estabelecidos pelos impulsionadores ingleses e alemães da Campanha Jubileu 2000.

Mas chegando ao Encontro nos irmanamos rapidamente com a delegação do Brasil – os hoje tão queridos dom Demétrio e Sandrita, entre outros – assim como também de pessoas da Nicarágua, Equador e de outros países. Juntos conseguimos que prevalecesse uma perspectiva do Jubileu como justiça: uma resposta a um



povo que não só sofria as consequências da falta de equidade e da concentração dos recursos e poder, através do endividamento, com o encarceramento, a escravidão, a perda da terra, seu meio de vida, mas também se rebelava e apontava para transformações de fundo.

Conseguimos imprimir uma perspectiva sobre a dívida imposta aos países como os nossos do Sul, algo diferente ao que haviam pretendido os organizadores do Encontro. Incorporamos uma visão histórica e sistêmica, destacando a natureza política da dívida e das relações de poder tanto Norte-Sul como de classe. Acordamos todos em reclamar medidas corretivas e reparatórias aos países centrais e suas instituições financeiras internacionais como o FMI, BM e BID – incluindo a anulação dos reclamos de dívida por sua ilegitimidade histórica e atual. Mas também incorporamos a necessidade estratégica de encarar as responsabilidades dos governos, parlamentos, poderes judiciais, interesses econômicos de nossos próprios países.

Sem ir mais longe, naquela época na Argentina, não podíamos ignorar que o julgamento impulsionado pelo cidadão Alejandro Olmos contra a dívida da ditadura (julgamento finalmente encerrado em 2000, deixando comprovados mais de 477 atos fraudulentos e arbitrários, mas que não sancionou ninguém) já estava engavetado há 16 anos.

O “Não Pagamento” da dívida ilegítima, anunciado entre os eixos centrais da campanha presidencial que pôs fim aos anos da ditadura, havia naufragado diante dos arrochos do FMI, da nacionalização de mais dívida privada e da falta de unidade latino-americana e caribenha para sustentar políticas soberanas. Nos anos do neoliberalismo mais “duros”, como uma bola de neve, continuavam crescendo o montante, os pagamentos e a desastrosa incidência da dívida no processo de empobrecimento e exclusão no curso e consolidação de um modelo econômico em favor dos interesses financeiros e do extrativismo acelerado. Tudo em mãos cada vez mais estrangeirizadas.

A partir desse Encontro, que abarcava certamente as grandes lutas contra a dívida já protagonizadas pela região durante os anos 1980, a semente de uma nova força já estava plantada. E até o dia de hoje regada continuamente, caminhando juntos e juntaas, compartilhando utopias, interpelando e nos fortalecendo mutuamente, abrindo novos horizontes de resistência e construção de alternativas frente a um sistema de saque perpétuo.

A criação da rede Jubileu Sul foi um primeiro “fruto” - unindo numa mesma busca de consciência crítica, incidência e transformação para movimentos populares, campanhas contra a dívida, entidades sociais, políticas e religiosas dos três continentes do Sul global: América Latina e Caribe, África e Ásia e o Pacífico. Um objetivo grande mas que conseguiu também uma rápida e indelével marca nos movimentos diante da dívida em todo o mundo. Mudamos suas suposições e perspectivas a partir da afirmação **NÃO PAGAMOS** porque **NÃO DEVEMOS**, que **SOMOS OS POVOS OS CREDORES** e que **SEM NOSSA PARTICIPAÇÃO, NADA PODERÁ SE RESOLVER**.

Já em Tegucigalpa, o Jubileu Sul Brasil entusiasmava com sua visão e capacidade movimentista, mobilizando e organizando



a partir das organizações populares os conflitos e lutas cotidianas. Nesse momento, se convidava a participar no grande Tribunal Ético sobre a Dívida que aconteceu meses depois no Rio de Janeiro. Com participação impressionante de uma enorme diversidade de expressões populares brasileiras, junto à nutrida presença latino-americana, do sul e do resto do mundo, afinamos sintonias e avançamos em articulações concretas a partir das demandas, esperanças e inspiração compartilhadas.

Daí, não só se lançava o desafio da Consulta Popular sobre a Dívida – inspiradora sem dúvida, da posterior Consulta Continental sobre a ALCA – mas também se consolidavam a visão e formas de ação que logo fomos construindo na proposta do Jubileu Sul globalmente e, em especial, aqui em nossa região. Começamos também a conhecer nesse Tribunal, a experiência brasileira de auditoria da dívida dos anos 30, e a grande conquista de tê-la incorporado na reforma constitucional de 1987.

Foi também no contexto do franco ascenso dos movimentos sociais e políticos brasileiros, do fim do século passado e começo deste, que o Jubileu Sul Brasil contribuiu ativamente para nosso crescimento com rede nas Américas. Nos apresentamos formalmente como Jubileu Sul/Américas no primeiro Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, em Porto Alegre. Para o segundo FSM se pôde ver mais frutos na realização do Tribunal dos Povos – manifestando as vivências similares do perverso sistema do endividamento ilegítimo em todos os cantos do Sul e pleiteando nossas demandas e

e alternativas. Ressalta-se ainda nossa participação no lançamento da campanha continental contra a ALCA e a ampla difusão que começou a se dar à demanda da auditoria pública integral e participativa das dívidas.

Seria necessário uma revista inteira para continuar contando as histórias, os marcos, as conquistas de tanto caminhar juntos. Basta pensar mais recentemente nas contribuições do Jubileu Sul Brasil, e de Sandra Quintela, e toda a equipe do PACS em especial, ao assumir durante os anos 2010-2013, a coordenação regional da rede, em pilotar nossa participação na Cúpula dos Povos frente a Rio+20, levar adiante com persistência a campanha solidária pela retirada das tropas da Minustah do Haiti e a nos somar, e toda a região, à campanha popular pelos direitos do povo frente às múltiplas dívidas geradas pela Copa e outros megaeventos. Até aqui, o caminho traçado continua nos mostrando que juntos somos sempre mais, e quando afinamos bem a pontaria não só podemos sonhar mais alto como avançar com as transformações tão necessárias, frente a um sistema que continua aprofundando sua capacidade de saque e morte. Adiante, então!



"O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao longo de seus mais de 40 anos, atua, prioritariamente, na defesa dos direitos dos povos indígenas, mas também apoia outras pautas igualmente importantes e, geralmente, vinculadas à defesa dos direitos das populações mais vulneráveis. Em um contexto nacional, latino-americano e planetário, onde as comunidades e os povos de diversas regiões são prejudicados pelos detentores do capital, cada vez mais transnacional - ao passo que os Estados vêm criando mais espaço e potencializando a exploração deste capital - resta aos marginalizados do sistema a resistência articulada.

É neste campo, o da resistência, que a Rede Jubileu Sul Brasil tem um relevante papel no país por contribuir significativamente para dar visibilidade e trazer para a sociedade, em geral, e para as organizações e movimentos em particular, a reflexão e atuação sobre temas candentes. Nas diversas campanhas e plebiscitos (contra a ALCA e o pagamento da dívida externa, por exemplo), esta rede teve um papel ímpar, informando, articulando e envolvendo seus membros e parceiros. Merece destaque também o relevante trabalho de formação que o Jubileu Sul constantemente realiza em vários estados do Brasil.

As dívidas brasileiras, a externa e a interna, seguem "ilegítimas, injustas e insustentáveis". A relevância da Rede Jubileu Sul Brasil segue importante, necessária e indispensável.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Trajectoria da campanha Jubileu Sul

Pe. Alfredo J. Gonçalves, CS - Congregação dos Missionários de São Carlos

A Campanha Jubileu Sul é filha de uma articulação costurada na última década do século XX e início do século XXI. Nesse esforço de amplo respiro, envolveram-se movimentos e pastorais sociais, Igrejas ligadas ao CONIC, organizações não governamentais, associações, sindicatos combativos, movimento estudantil, Consulta Popular, Grito dos Excluídos, além de numerosos organismos e entidades preocupadas com os danos do endividamento público. O processo das Semanas Sociais Brasileiras (SSBs) ajudou a pavimentar o terreno dessa articulação .

Breve histórico

A 1ª Semana Social Brasileira (SSB) foi realizada em novembro de 1991, com o tema “O Mundo do Trabalho: Desafios e Perspectivas”. O momento nacional foi precedido por Semanas Regionais. A 2ª SSB desdobrou-se de 1992 a 1994, com o tema: “O Brasil que a gente quer, o Brasil que nós queremos”. Precedida também por Semanas Regionais, chegou a uma síntese na proposta de um “Brasil economicamente justo, politicamente democrático, socialmente solidário e culturalmente plural”. A 3ª SSB foi uma “semana de 3 anos”, de 1997 a 1999, coincidindo com o tríduo da preparação ao Jubileu 2000. Daí a temática em torno do “perdão das dívidas”. A 4ª SSB repetiu a “semana de 3 anos”, 2004 a 2006, com o objetivo de juntar forças em vista da construção do



Brasil que queremos (2ª SSB) ou do outro mundo possível (Fórum Social Mundial).

A 5ª SSB começou em agosto de 2011. Debate "A participação da Sociedade no Processo de Democratização do Estado – Estado para que e para quem", objetivando refletir sobre as estruturas socioeconômicas e políticas do Estado Brasileiro, promovendo a participação de todas as forças vivas na construção de um país justo, democrático, solidário e sustentável.

Nesse solo fértil das SSBs, nasceram e cresceram uma série de iniciativas de carácter amplo e plural. Junto com o Grito dos Excluídos, o Tribunal da Dívida Externa, a Auditoria Popular do endividamento público, as Assembleias e os Plebiscitos Populares, destacamos os 15 anos da Campanha Jubileu Sul.

Campanha Jubileu Sul

A Campanha Jubileu Sul não se limita ao território brasileiro. Seu raio de ação inclui entidades e organizações de outros países do sul do planeta: Ásia, África, América Latina e Caribe. No contexto da economia globalizada e neoliberal, trata-se de debater as causas e consequências das relações internacionais em geral e, em particular, da relação norte-sul.

Historicamente, através de extorção, exploração e progressivo endividamento, os países do sul tornaram-se endividados e dependentes de políticas econômicas que, ao mesmo tempo, concentram e excluem. A partir do centro, instala-se um neocolonialismo de mercado planetário. Os países periféricos e emergentes, convertem-se em reféns do capital financeiro que, com a velocidade de um toque na tecla do computador, transita sem qualquer controle.

A desregulação do capital virtual e volátil sangra não somente as economias dependentes, com juros sobre juros, mas também os setores de baixa renda da população. Aprofunda-se o fosso entre norte e sul e, em nível nacional e regional, cresce o desequilíbrio entre a base e o topo da pirâmide social. Nem os países do bloco europeu são poupados, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália.

Pesa o preço da dívida pública: desemprego crônico, flexibilização e precarização das relações de trabalho, diminuição do poder aquisitivo, migrações em massa... Sem falar dos danos ao meio ambiente, como queima de combustíveis fósseis e o predomínio da agroindústria e do agronegócio, contribuindo assim para a poluição do ar e das águas, a devastação e a desertificação do solo, culminando no aquecimento global.

- - -

A atualidade da dívida e as alternativas

Ivo Poletto – Fórum Mudanças Climáticas/Justiça Social

Que os países denominados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não consigam libertar-se da dívida e dos seus efeitos é, de certa forma, compreensível e é tema já muito pesquisado. Existe em sua raiz a dominação colonial, a independência mais ou menos incompleta e a reprodução de novas formas de dependência, dominação e exploração. A isso se associa o interesse de certa forma acomodada das elites econômicas desses países, que mantêm seu poder e amentam sua riqueza em relações internacionais subordinadas, realizando o que é definido pelos poderes centrais.

Agora, o novo e mais desafiador é encontrar resposta para a pergunta: por que os países centrais, já ricos por serem colonizadores e por controlarem em seu favor as relações internacionais de dominação econômica, foram capturados pela rede de exploração do capital financeiro e não conseguem libertar-se da dívida? O processo de endividamento tem história mais longa, mas foi a partir de 2007/2008 que ela se consolidou.

O objetivo de presente artigo é jogar algumas luzes sobre o significado da dívida no século XXI, suas consequências, examinando, em seguida, o que fazer frente a ela.

1. ORIGEM E SIGNIFICADO DO NEOLIBERALISMO

O termo indica que se trata de retomada do liberalismo. Em que consiste o “neo”, o novo em relação ao tradicional e clássico liberalismo?

Como se sabe, o liberalismo foi elaborado como doutrina e ideologia do capitalismo nascente e em consolidação, enfrentando e superando o sistema de monarquias absolutas e feudalismo. A liberdade defendida e promovida é a da livre iniciativa com versão jurídica – todos podem gerar iniciativas – e com versão econômica – geram iniciativas de produção os que detêm capital. Para isso, a necessidade de destruir o estado centralizado, imperial, andando na direção de poderes e governos constitucionais, isto é, a partir de leis elaboradas e aprovadas pelos cidadãos e cidadãs; na verdade por seus representantes. E aí começa o drama da representação em sociedades desiguais: os que detêm mais riquezas farão o possível para que seus interesses sejam defendidos nos espaços institucionais do Estado... Como resultado, nascem sociedades em que a igualdade jurídica convive e se distancia da desigualdade socioeconômica.

A ideologia e a doutrina liberal vai sendo aprofundada por teóricos comprometidos com a consolidação do poder dos que vão controlando a sociedade com suas livres iniciativas capitalistas, na produção, no mercado, no financiamento. Tentam demonstrar que esse passo corresponderia ao modo natural de ser do homem: egoísta, buscando seus interesses na concorrência com os demais, apropriando-se de tudo que seu poder lhe possibilita, desejando

riqueza sem limite. É assim que o capitalismo será apresentado como o melhor sistema para gerar crescimento econômico, privatizando igualmente o conhecimento, a busca de novas tecnologias...

Por outro lado, a mesma ideologia vai construindo justificativas para que o Estado seja pequeno, frágil, sem poder de interferência na livre iniciativa econômica. Cabe-lhe, sim, ser garantia da livre iniciativa, contendo os que ameaçam a propriedade, evitando e reprimindo os preguiçosos, mantendo a ordem social definida em leis elaboradas por representantes dos que dominam a sociedade.

Pois bem, por que se chegou ao neoliberalismo?

Creio que há dois processos a serem considerados. Por um lado a necessidade de romper com a excessiva presença do Estado nos países da Europa Ocidental depois dos dois tempos de Guerra Mundial. Os denominados “estados de bem-estar social” surgem de acordos para evitar que os operários aderissem a processos de revolução socialista, como já existia em grande parte do continente a partir da revolução russa de 1918. O Estado se torna mediador e parte importante do modelo, que contará com redução da margem de lucro dos empresários, via aumento de impostos e do valor dos salários, e com a contribuição dos próprios operários, que aceitarão contribuir com mais imposto sobre os salários em troca de políticas públicas de boa qualidade e universais organizadas e garantidas pelo Estado.

A partir dos anos 70, com os efeitos positivos da propaganda e de ações anticapitalistas, e com o avanço de críticas internas às práticas autoritárias nos Estados socialistas, o pensamento conservador se reorganiza nos países contrários do capitalismo. Os primeiros passos para colocar em prática suas propostas de retomada da liberdade do capital, com redução do Estado, acontecem com Reagan, nos Estados

Unidos, e Thatcher, na Inglaterra. Com isso, quando as crises do socialismo resultam na “queda do muro de Berlim”, um símbolo da quebra do socialismo real, a proposta dos conservadores se torna pública e já dando resposta às novas possibilidades de expansão do capitalismo: o neoliberalismo globalizado, ou a globalização neoliberal.

Inicialmente, a prática desse sistema voltou-se para a integração das economias marginais ao mercado globalizado organizado por empresas transnacionais, tanto as capitalistas frágeis e atrasadas, como as ex-socialistas. E o fez mediante aumento do seu endividamento, apresentado como boa vontade de financiamento de sua modernização e de sua abertura e participação no mercado global.¹ Mas o objetivo principal sempre foi a recuperação da livre iniciativa plena nos países centrais da Europa Ocidental e, a partir daí e com liderança dos Estados Unidos e Inglaterra, a liberdade total de ação no mundo.

É aqui que entra como uma luva a denominada crise ou quebra financeira de 2007/2008. Ela nasce, na verdade, da prática de ir com muita sede ao pote dos ganhos fáceis com a especulação sobre a moeda: dinheiro que gera mais dinheiro. E o faz montando operações absurdas de especulação sobre os preços de imóveis, que servem apenas como biombo para a ciranda financeira. Quando os endividados reais, compradores dos imóveis financiados, não dão mais conta de pagar as prestações, desencadeia-se a crise. Os culpados parecem ser os endividados, mas a crise foi claramente criada pelo sistema financeiro.

Essa “quebra” do sistema financeiro serviu claramente para endividar os Estados capitalistas centrais e para ir impondo, a partir da dívida, o neoliberalismo. Atendendo às pressões para evitar a quebra e os efeitos globais dela, os Estados, através dos governos, repassaram ao capital financeiro em torno de 20 trilhões de dólares. Como estes Estados tinham

dela, os Estados, através dos governos, repassaram ao capital financeiro em torno de 20 trilhões de dólares. Como estes Estados tinham grandes compromissos financeiros por causa das políticas públicas universais, já não tiveram recursos suficientes. Diante disso, o mesmo sistema financeiro se apresentou como solução, oferecendo empréstimos, mas exigindo diminuição de direitos, privatização de empresas e serviços, políticas recessivas. Isso resultará em aumento do desemprego, ao lado da redução dos salários e aposentadorias, o que, de imediato, significará redução da contribuição desse setor aos fundos públicos. Como também os bancos e empresas já haviam conquistado a redução das suas contribuições, o sistema de estado do bem-estar social é fraturado. Como há mobilizações sociais em defesa dos direitos sociais, o que é mantido necessita de novos empréstimos do setor privado, aumentando o endividamento público...

O resultado desse processo, que começa com endividamento do setor financeiro, é um endividamento espetacular dos Estados. Vale perguntar-se: não era exatamente isso que o capitalismo, agora globalizado sob o comando do capital financeiro, desejava? Basta observar que, junto com a crise social, expressa no crescente desemprego e no aumento da pobreza e até miséria, a concentração da renda avança em todos os países centrais, sendo que uma parte crescente da riqueza concentrada tem forma financeira, isto é, títulos de dívida e juros.²

2. DOMINAÇÃO MUNDIAL

O debate dos últimos tempos sobre a concentração da renda e da riqueza tem sua explicação na dominação mundial do capitalismo comandado pelo capital financeiro. A concentração se efetiva também na concentração da propriedade territorial e com o avanço da concentração de capital em todos os setores. O que possibilita que uma empresa compre concorrentes senão o capital financeiro? E isso se torna cada dia mais efetivo na medida que recursos públicos caem para as bolsas dos

bancos através dos juros cobrados sobre as dívidas públicas. Além disso, o endividamento das famílias é outra fonte de renda e aumento de sua capacidade de investimento.

Tudo somado, estamos diante do grande dominador global desta fase do capitalismo. Seu poder cresce na medida que vai impondo diminuição dos gastos públicos, como garantia de manter em dia o pagamento dos custos da crescente dívida pública; a diminuição de funcionários públicos, aumentando o desemprego e contribuindo com a queda do salário; a privatização progressiva de serviços públicos, forçando o endividamento das famílias para cobrir custos de educação e saúde; a desregulação da legislação trabalhista, aumentando o trabalho informal e baixando os salários...

Um dos efeitos dessa dominação mundial do capital especulativo é a progressiva transformação de bens em commodities, como tem acontecido com os alimentos. E ao ter os alimentos como base para especulação de preços, o capital financeiro assume o poder de agravar a situação de pobreza e de fome de milhões de pessoas em todo o mundo, inclusive nos países centrais. O aumento do preço dos alimentos sem aumento da capacidade de compra das famílias, num mundo comandado pelo mercado capitalista, faz que mais pessoas cheguem até a morte por fome.³

Até mesmo o que até agora tem sido considerado bens comuns, como as florestas preservadas, a biodiversidade, os processos naturais de polinização, os pássaros, as paisagens e sua beleza, as culturas e rituais tradicionais, tudo o capital financeiro quer transformar em mercadoria, em commodities. Como? Precificando, isto é, definindo o valor de cada bem natural na forma de preço, e assumindo estas áreas através de títulos de carbono de pagamento por serviços ambientais, o que as torna base para o mercado global de carbono e serviços ambientais.

Com isso, parece que se realiza a caracterização do mundo comandado pelo capitalismo feita por Marx no início de sua magistral obra O Capital: a crítica da economia política: “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias...”⁴ E ao analisar a dominação do capital financeiro, pouco efetivo no século XIX, Marx deixa claro que essa seria a fase mais desenvolvida da dominação capitalista e que ele, nessa fase, só se aplacaria com sangue humano – o que se está demonstrando no século XXI.

O império da especulação exige a aceleração constante do crescimento econômico, o que, por sua vez, significa extração cada vez mais intensa de bens naturais e seu uso produtivo, levando a Terra ao estresse, consumindo produtos contaminadores da atmosfera para gerar mais energia e aumentar a velocidade dos meios de transporte, e isso tem tudo a ver com a geração do aquecimento global do planeta e o agravamento das mudanças climáticas. Resta a pergunta: até quando o planeta, a humanidade e a biodiversidade aguentarão a dominação capitalista neoliberal globalizada?

3. O QUE FAZER?

Essa é a questão vital do início do século XXI. E, parodiando o mestre Shakspeare, só nos resta ser ou não ser. Isso mesmo: deveremos decidir se seremos humanos ou não, pessoas que convivem ou lobos uns para outros e com os poderes destrutivos já construídos e em construção; se retomaremos ou não a convivência com a Terra, se seremos capazes ou não de nos reconhecermos parte da Terra e, por isso, dependentes dela para continuar vivendo neste planeta; mais ainda, se seremos ou não uma espécie autodestrutiva, comprometendo hoje a vida das próximas gerações.

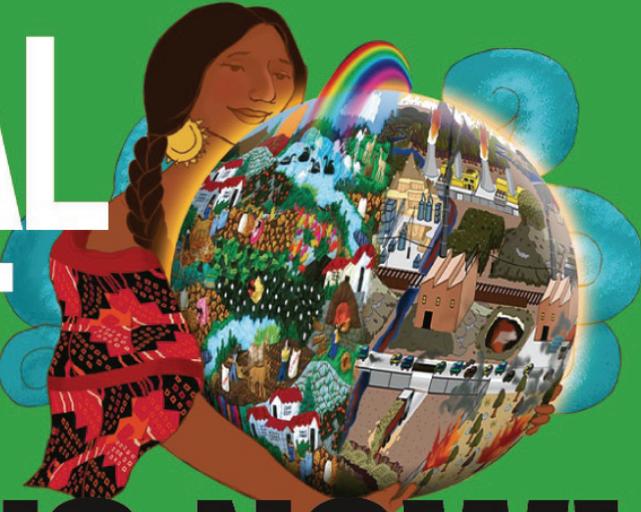
Nas manifestações dos indignados na Europa e em outras partes do mundo, tornou-se forte a afirmação: somos 99%. De fato, no Brasil e no mundo, 1% vai concentrando cada vez mais riqueza, e se torna o inimigo de praticamente toda a humanidade. Mas precisamos lembrar

que esse 1% exerce hegemonia ideológica sobre parte importante das pessoas, e o faz através da promoção do consumismo, via marketing, um consumismo que aumenta o endividamento com o capital financeiro. E o faz, como se percebe no discurso do governo federal e de outros governantes brasileiros, através da submissão ao que o sistema capitalista globalizado exige: que aqui se extraia e exporte recursos naturais existentes, como a água, os minérios, as florestas, na forma de produtos agrícolas e pecuários, de minerais brutos, de energia embutida em produtos de indústrias eletrointensivas, em celulose, em frutas, em álcool anídrico... E que aumente a importação do que os outros industrializam.

Do lado do capital financeiro e seus “economistas”, a justificativa é de que o país deve fazer isso para manter em dia seus compromissos internacionais – isto é, os custos de seu endividamento externo e interno – e para que os “credores” continuem confiando na capacidade de honrar novos empréstimos. Em outras palavras, para que eles continuem com poder real de governo sobre o que deve ser feito para acelerar o crescimento econômico. Uma prova disso, por exemplo, está nos expedientes utilizados para impor que o país volte a pagar taxas de juro muito mais altas do que as cobradas nos países centrais.



ECOLOGICAL DEBT REPARATIONS NOW!

An illustration of a woman with dark hair in a braid, wearing a colorful patterned dress, holding a globe. The globe is a collage of various scenes: a city with buildings and cars, a landscape with trees and a rainbow, and a scene with a fire. The background is green with blue circular patterns.

www.jubileosuramericas.org

Diante desse quadro, o que já está sendo ameaça ao sistema da dívida como ferramenta de domínio global capitalista é a crise ecológica. Os desastres socioambientais, que se tornam mais intensos e destrutivos em todo o planeta, agravam a crise social, perceptível especialmente no fenômeno das migrações por razões econômicas, políticas e ambientais. Onde irão viver os milhões que deverão abandonar seus territórios porque o mar os cobriu, porque não há mais água, porque o solo se tornou estéril?

Onde está a ameaça? No hoje praticamente consenso em relação ao que deve ser mudado para diminuir o que está provocando o aquecimento e, conseqüentemente, as mudanças climáticas: toda a indústria mundial do petróleo e outras fontes fósseis de energia, por um lado, e a indispensável redução do consumismo, de modo especial de tudo que é inútil, prejudicial às pessoas e à natureza. A redução do consumismo tem a ver com o excesso de consumo de energia, de água, com o

desperdício de alimentos, de armas, mas tem a ver também com o excesso de consumo de produtos químicos na indústria e na agricultura, de modo especial os agrotóxicos; e isso tem a ver com a diminuição da concentração especulativa com as sementes transgênicas...

Na verdade, o arrastado e até agora ineficaz processo das Cúpulas do Meio Ambiente prova que estas mudanças não podem ser confiadas apenas aos governantes. Seu poder está amarrado pelo sistema da dívida, pelos seus compromissos com o capital financeiro, que media os interesses gerais do capital. É preciso, então, que a cidadania, consciente e ativa, exija de seus governantes que as mudanças sejam implementadas. Só a soberania popular terá poder legítimo para exigir o desmonte do sistema de concentração da riqueza, centrando as iniciativas econômicas no atendimento e garantia do que é realmente necessário para a vida. Porque, como repetia Mahatma Ghandi, na Terra há o suficiente para todos os seres vivos, mas não para a ganância de poucos.

Na verdade, o arrastado e até agora ineficaz processo das Cúpulas do Meio Ambiente prova que estas mudanças não podem ser confiadas apenas aos governantes. Seu poder está amarrado pelo sistema da dívida, pelos seus compromissos com o capital financeiro, que media os interesses gerais do capital. É preciso, então, que a cidadania, consciente e ativa, exija de seus governantes que as mudanças sejam implementadas. Só a soberania popular terá poder legítimo para exigir o desmonte do sistema de concentração da riqueza, centrando as iniciativas econômicas no atendimento e garantia do que é realmente necessário para a vida. Porque, como repetia Mahatma Ghandi, na Terra há o suficiente para todos os seres vivos, mas não para a ganância de poucos.

Em termos mais concretos, a auditoria oficial da dívida de cada país é uma ferramenta importante para ir resgatando a liberdade de iniciativa e para desmontar os mecanismos ilegais e imorais do endividamento como dominação política e exploração econômica. Mas é necessário ligar a luta que enfrenta o endividamento com as lutas contra tudo que significa peso e ameaça à vida das pessoas, dos povos e da própria Terra.

NOTAS:

1. Vale a pena retomar, nesse sentido, o livro de Paul Blustein. *Vexame – Os bastidores do FMI na crise que abalou o sistema financeiro mundial*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2002. Ver também Joseph E. Stiglitz. *A Globalização e seus malefícios – A promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.
2. Ver Thomas Piketty. *O Capital do Século XXI*. São Paulo: Intrínseca Ed., 2014, sobre o fenômeno mundial da concentração da riqueza.
3. Ver Jean Ziegler. *Destruição em massa. Geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Excelente análise dos efeitos da especulação financeira sobre os empobrecidos, aumentando a morte por fome.
4. Carl Marx. *O capital (Crítica da economia capitalista)*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980, Volume I, 6ª ed., p. 41.



"A Jubileu Sul é uma importante aliada na busca por justiça ambiental e, assim como os Amigos da Terra, faz parte de uma rede que internacionaliza as lutas locais. Contribuí ativamente com movimentos de resistência na América Latina e no Mundo. A organização atua desvendando as relações econômicas, como fizeram no combate à ALCA e no importante debate do Comitê da Dívida. Estiveram conosco na Cúpula dos Povos durante a Rio + 20 questionando a financeirização da natureza e divulgando o tema através da produção de materiais como a cartilha 'Economia Verde: A nova cara do Capitalismo'. Construíram e articularam os Comitês Populares da Copa, além de formularem um material crítico às despesas abusivas do megaevento. Seguimos juntos Resistindo, Mobilizando e Transformando!"

Amigos da Terra Brasil

A importância do Jubileu na construção de novas relações de desenvolvimento humano

Magnólia Said – Esplar

Parar para refletir sobre os 15 anos do Jubileu, só fez reforçar algumas convicções. Embora minha relação com esta rede seja de pré-adolescente, esse tempo foi fundamental para que eu viesse entender melhor, com mais elementos, como se constrói, organiza, mantém e perpetua em muitos casos, a dominação pela dívida.

Compreender o papel fundamental que têm os processos de endividamento no aprisionamento econômico, político e social de países cujos governos sucumbiram à ordem do capital, para mim foi “a glória!”. Desde então, todo o meu lastro explicativo sobre as desigualdades, as ambiguidades, a dependência, submissões e aceitações presentes nas relações que se estabelecem entre países com mais e menos poder, ou seja, porque e como isso acontece, tem se baseado no papel que as Instituições Financeiras Multilaterais e a Dívida exercem no desenvolvimento. A partir da lógica de funcionamento destas, me foi possível compreender como é que a opressão se reproduz, como é que os países fragilizados política, social e economicamente se subordinam e como a dominação se sustenta. E o mais incrível é que esses elementos também podem se cruzar de forma perversa, com as desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e gerações.

Se para John Lennon, “a mulher é o negro do mundo”, para mim, a Dívida é o seu carrasco.

Estando já envolvida há mais tempo nos debates instalados na Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, o Jubileu trouxe “a pedra que faltava” para eu entender, com mais fundamentos, o jogo do poder: os efeitos gerados pelos empréstimos – as diferentes vertentes dessa dívida – sua impagabilidade como princípio de manutenção do poder do capital.

É louvável que, em meio a tanta conformação com o que está posto; a tanta descrença na possibilidade de que ainda podemos ter gerações sujeito de suas histórias...

É louvável que possamos ver ainda um esforço coletivo estimulante e estimulador de um grupo de admiráveis militantes, pelejando para fazer com que cada vez mais pessoas entendam como funciona essa engrenagem, na esperança de um dia, torná-la apenas peça de museu. Algo que não se esquece, que fica como lição, mas que não mais se reproduz.



Não alimente os abutres

Gabriel Strautman - PACS

Mais de uma década desde a crise da dívida que convulsionou o país em 2001, recentemente a Argentina voltou a ser alvo dos agentes do mercado financeiro internacional. O contexto, no entanto, era radicalmente diferente. Após um longo processo de recuperação de sua economia, arruinada pelo neoliberalismo, e de renegociação para baixo de sua dívida com 92,5% dos credores internacionais detentores de títulos da moratória em 2001, dessa vez o país dispunha de recursos suficiente para honrar seus compromissos. Mesmo assim, em 30 de julho de 2014, a Argentina foi declarada em default (calote) técnico pela segunda vez em 12 anos.

O ataque a Argentina foi perpetrado pelos chamados “fundos abutres”, fundos de investimento detentores de apenas 1% dos títulos da dívida argentina de 2001, que compraram títulos da moratória de 2001, considerados “lixo” no mundo financeiro, pagando cerca de US\$ 0,30 para cada US\$ 1 nominal do título. Os fundos abutres sobrevivem da sua capacidade de contratar poderosos escritórios de advogados e montar esquemas de lobby, com tempo suficiente para esperar pela carniça, neste caso, que o governo argentino pague o valor nominal, ou seja, o valor cheio do título da dívida.

O voo dos “fundos abutres” revela uma das faces mais perversas da arquitetura financeira montada a partir da transformação da dívida pública dos países em títulos negociáveis livremente nos mercados de capitais, a partir da década de 1990. Tudo amparado legalmente por um arcabouço legal enraizado no sistema jurídico estadunidense. Foi Thomas P. Griesa, um juiz de Nova Iorque, quem, em nome dos fundos abutres, impediu a Argentina de pagar os credores que aceitaram a renegociação para baixo dos valores dos títulos de 2001. Trata-se de um caso emblemático sobre como o excesso de poder conferido aos agentes do mercado financeiro internacional tornou-se uma ameaça à soberania de países inteiros.

O sobre-endividamento público hoje já não é mais um problema exclusivo do Sul global. A atual crise do sistema capitalista global colocou algumas economias europeias, como Grécia, Portugal e Espanha, em dificuldades para fechar as suas contas. Acuadas, as sociedades destes países tiveram que aceitar, goela abaixo, o receituário imposto pelo Fundo Monetário Internacional de corte de gastos públicos e privatizações. Muitos foram os protestos nas ruas de Atenas, Lisboa e Madrid, numa convulsão social que lembrou Buenos Aires em 2001.

Em 10 de setembro de 2014, o parlamento argentino criou por meio de uma lei a Comissão Bicameral Parlamentar de Investigação sobre a dívida pública do país, que terá como missão resgatar a memória e apontar os responsáveis pelo processo de sobre-endividamento ao longo das últimas décadas. A Comissão,



que ainda depende da vontade política do próprio parlamento para iniciar seus trabalhos, deverá servir como base de comprovação da tese sobre a ilegitimidade da dívida.

Para além da responsabilização, outro passo importante no sentido da construção de uma arquitetura financeira alternativa é a criação de instituições multilaterais alternativas ao Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Na América Latina o Banco do Sul por pouco não virou realidade. O Brasil preferiu consorciar-se com Rússia, Índia, China e África do Sul para montar o Banco dos BRICS, uma importante iniciativa, mas que ainda precisa mostrar que não é apenas mais um banco como outros.

A situação de países que ainda enfrentam constrangimentos ao seu desenvolvimento por causa da ganância especulativa de agentes do sistema financeiro internacional reafirma a centralidade da questão da dívida pública no debate político e a urgência de uma nova arquitetura financeira.



"A Pastoral Operária é parte do Jubileu Sul Brasil e faz dessa rede um espaço de reflexão e divulgação das informações sobre a dívida pública. Isto é fundamental na caminhada. O Jubileu nos ajuda a entender melhor a problemática gerada pelas dívidas, e assim podemos atuar em lutas concretas relacionadas ao tema. A relação dívida-trabalhadores é cruel. Nós pagamos os impostos e os sonegadores recebem os juros da dívida."

Eduardo Paludette
Pastoral Operária

Jubileu Sul. Fotos: Roger Pires

A conta da Copa do Mundo

Chico de Filippo - Comitê Popular da Copa/DF

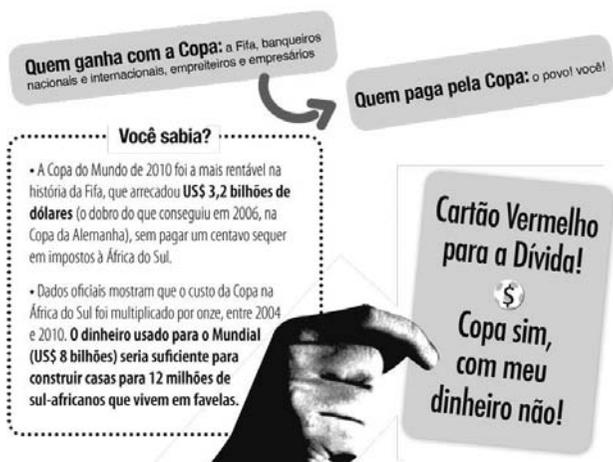


Durante a preparação da Copa, um argumento que ouvíamos para justificá-la era a quantidade de recursos que traria para a economia brasileira, alavancando o crescimento. Já no primeiro mês, após os jogos, o Brasil entrava em recessão. Ao final de 2014, caminhamos para um ano de baixo crescimento. Não defendemos crescimento a qualquer custo. Pelo contrário, o desenvolvimento passa principalmente pela garantia e avanço dos direitos humanos, pela reversão da desigualdade social e pelo fortalecimento da participação popular. Todos estes aspectos (direitos, igualdade e participação) foram violados e tratados como ameaças à Copa do Mundo.

Desde início perguntamos: Por que destruir e reconstruir estádios? Por que privatizar espaços públicos? Jogos de futebol? Shows? Turismo? Mas isto sempre teve em nossas cidades? Para nós, além de mais um ato de subordinação aos interesses da FIFA, o processo de endividamento e realização de gastos atendeu, e gerou muito lucro, aos setores que dominam as grandes cidades e fazem dela polo de violações e segregação. O país pode não ter crescido e milhões tiveram seus direitos violados, mas estes setores lucraram política e economicamente. Em nome destes interesses, de uma cidade de exceção, constituíram uma conta desenfreada, de onde jorrava dinheiro de toda parte, descumprindo leis, acordos e ritos democráticos. Diversos são os exemplos:

O primeiro processo de desvios de recursos para os grandes grupos econômicos, de onde se destacam as empreiteiras, se deu não só pela licitação de obras que não precisavam ser feitas, mas principalmente, pelo processo superfaturado em cada um dos estádios. Mesmo naqueles privados, a corrupção foi tamanha que forçou a entrada de Estado e Município na conta (atualmente, prefeitura de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre tentam sair

fora). Corrupção, superfaturamento e isenção fiscal (o dinheiro não arrecadado deve ser contado assim como o efetivamente gasto) levaram à conta mais cara das Copas, retirando recursos públicos de outras áreas e aumentando sobremaneira o endividamento público. Nestas obras o lucro também era garantido com as precárias condições de trabalho que resultou, além das centenas de acidentes, em 12 mortes diretas. Um custo incalculável.



Estas mesmas empresas também ganharam nas obras de “mobilidade”. O legado prometido foi abandonado a partir da privatização dos espaços públicos, excluindo o trabalho ambulante e a população de rua. A preferência pelo modelo rodoviário, com corredores de ônibus, manteve a estrutura de segregação geográfica e social das cidades, pois justificara remover comunidades de baixa renda do caminho da especulação imobiliária, e não atendeu às necessidades de redução de tempo de deslocamento, redução de mortes no trânsito e de acessibilidade social em relação à tarifa. A conta da Copa, na área da mobilidade, deve ser feita não só pelo que se gastou de forma indevida, mas também por aquilo que não se pôde gastar mais em virtude das mudanças realizadas.

A indústria da bala e da violência também lucrou com a Copa em nome da “segurança pública”, tema destacado pelo/as candidato/as no segundo turno presidencial. Infelizmente, a conta que inclui armamentos, centros de comando integrado, deslocamento de tropa, cursos no

exterior com a polícia israelense, etc está na casa dos bilhões (só os gastos federais são mais de R\$ 1 bilhão), cuja finalidade foi a crescente criminalização dos movimentos sociais, da pobre e da juventude no Brasil.

Outra fonte de gastos importantes, muitos dos/as quais financiando a grande mídia brasileira, se deu através dos gastos em propaganda por parte dos Governos para criar o “clima de Copa do Mundo” que, até a véspera, ainda estava voltado a questionar seus legados. Junta-se aqui os milhões gastos em “cultura” que serviram para destruir uma política cultural inclusiva nas cidades sedes, favorecendo os grandes shows (não só durante a fan fest) que custaram milhões desde antes da Copa das Confederações. Estas contas não foram incluídas no valor oficial do governo, mas foram fundamentais para a garantia da Copa, favorecendo máfias e destruindo a política cultural e de comunicação inclusiva.

A conta da Copa é também agravada nos processos de privatização de estádios, aeroportos e rodovias em nome da infraestrutura. Primeiro porque é parte da malha do estado que vai diretamente para as mãos de poucos e grandes grupos econômicos. Segundo que muitas destas privatizações, ao serem feitas sobre o modelo de Parcerias Público Privadas, incluíram cláusulas abusivas ao Estado, forçando-os a imprimir novos gastos no futuro. Em algumas regiões isto já está ocorrendo e o Estado (ou município), mesmo após a Copa, tem que gastar dinheiro para manter o lucro da empresa que ganhou a licitação. Da mesma forma, várias dívidas da Copa foram feitas para o futuro, muitas das quais já envolvendo o financiamento de campanha de vários candidatos envolvidos com a organização da Copa.

QUEREMOS

"Os movimentos sociais organizados em torno de questões específicas diversas têm na Rede Jubileu Sul um espaço de articulação política, de conagração, de convívio respeitoso entre visões distintas da realidade, tendo por orientação a construção de uma sociedade igualitária no Brasil e de parceria com os povos oprimidos de todo o mundo.

Parabéns pelos 15 anos de lutas, especialmente generosas para com as cidadãs e cidadãos mais necessitados."

Sérgio Barbosa de Almeida
Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge)

Copa, violações, legados e o valor da articulação em rede

Cláudia Favaro - ANCOP

Em 2010 falar sobre a Copa do Mundo ou principalmente se posicionar contra a Copa do Mundo era algo impensável, inaceitável, quase motivo de piada. No entanto, diversas cidades-sede já vinham sofrendo alterações físicas e de planejamento e havia uma inegável pressão por parte da especulação imobiliária sobre setores urbanos específicos da cidade.

As corporações ligadas à realização dos jogos já se movimentavam no país a fim de garantir a efetivação de seus lucros. Era 2007 e o Brasil recém recebia seu primeiro megaevento, os Jogos Panamericanos. Quando da divulgação do país como sede do maior campeonato mundial de futebol, muitas cidades e seus agentes ainda tinham uma imensa dificuldade de enxergar e sentir o quanto a Copa do Mundo e as Olimpíadas seriam capazes de acelerar os processos de violações de direitos e de desrespeito para com os cidadãos brasileiros, mas os focos de resistência já começavam a nascer.



No Rio de Janeiro, a experiência dos jogos Panamericanos serviu como um grande alerta de como uma cidade pode receber uma maquiagem caríssima para ter a aparência desejada por seus investidores. A criação de uma imagem vendável para a cidade passa a ser a ordem do dia e para tanto esta cidade precisa estar aparentemente limpa. Limpas de gente pobre, de prédios históricos, de árvores seculares e qualquer coisa que venha a atrapalhar o desenvolvimento e os negócios definidos para aquele território. Diversos movimentos sociais atuaram no monitoramento e na resistência aos jogos e contribuíram muito com sua experiência no sentido de alertar as demais cidades o que estava por vir.

Remoções forçadas, obras superfaturadas, restrição de acesso a determinadas áreas da cidade e as UPPs, que são hoje o braço armado do estado, legitimadas pelo discurso do medo que eliminam cotidianamente a nossa juventude negra nas favelas cariocas e de todo o país, foi uma palhinha do que foram os preparativos para os Jogos Panamericanos.

Frente a isso, foi a partir de uma convocatória feita pelos movimentos sociais do Rio de Janeiro para todos os estados e cidades-sede que receberiam a Copa



do Mundo, que realiza-se, no final de 2010, um seminário de grande conteúdo político. O encontro reuniu diversos atores nacionais e internacionais de países que já haviam recebido os jogos, dispostos a contribuir com o relato de sua experiência vivida e suas lutas. E foi a partir desta análise coletiva da conjuntura que se aproximava que tivemos contato com a efetiva transformação que nosso país passaria a viver.

A criação dos Comitês Populares nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 foi decisiva na denúncia, na conscientização e na politização do debate e também, não menos importante, na redução desses impactos, com vitórias expressivas em diversas cidades do Brasil. De modo especial, os Comitês atuaram e de certa forma conseguiram mitigar as históricas violações de direitos humanos que se aceleram com a realização dos megaeventos e principalmente manchar a imagem da FIFA e fazer com que os brasileiros se questionassem sobre sua legitimidade e seu poder frente aos estados e países.

Para possibilitar uma articulação nacional, foi criada a ANCOP, formada por membros dos

Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas que cumpriram o efetivo papel de atuar no fortalecimento das lutas sociais no contexto da Copa, realizar formações de lideranças populares, produzir materiais informativos, além de realizar atos públicos e mobilizações de alcance nacional, regional e local. Uma das principais vitórias e, sem dúvida, contribuições para a afirmação da crítica à Copa de maneira politizada, com recorte de classe, à esquerda.

Assim, para além do objetivo de potencializar a formação política nas cidades-sede, monitorar os impactos, o orçamento e o financiamento público e privado e envolver a sociedade brasileira neste debate, com foco no diagnóstico, monitoramento, organização e mobilização popular, entendo que cumprimos um belo papel neste período e é sem dúvida importante agradecer a todos os parceiros que fizeram parte dessa história, porque juntos somos fortes. E aí está novamente o Jubileu Sul, construindo resistência e contribuindo para os processos de luta pelo socialismo.

Grito dos Excluídos/as e Rede Jubileu Sul Brasil: processos que caminham juntos e somam forças na construção de uma nova sociedade

Ari Alberti - Grito dos Excluídos

O Grito dos Excluídos/as e a Rede Jubileu Sul Brasil têm uma origem comum, ambos surgiram no contexto das Semanas Sociais - espaço de reflexão, elaboração de propostas no sentido de contribuir na construção de um projeto popular para o Brasil- gestadas, a partir de 1991, pelas Pastorais Sociais, ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com as Igrejas, entidades, movimentos sociais e populares. Enquanto a Rede tem uma preocupação maior com a formação e articulação, o Grito trabalha mais com a informação e a mobilização.

Ao final da 2ª Semana Social Brasileira (1993 a 1994), com o lema “Brasil Alternativas e Protagonistas”, nasceu a proposta do Grito dos Excluídos/as, em reunião das pastorais sociais, em Brasília, outubro de 1994. Como um projeto para dar continuidade às parcerias e, de forma descentralizada, na articulação nacional de lutas sociais, com o objetivo de aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade de 1995, “Fraternidade e os Excluídos”, junto à Romaria dos Trabalhadores, então promovida pela Pastoral Operária. O primeiro Grito aconteceu em 1995, no dia 7 de Setembro, oficialmente dia da independência do Brasil, propondo uma reflexão sobre a situação precária dos trabalhadores frente às políticas neoliberais impostas no país e uma ressignificação do dia da pátria, como momento de repensar e exigir independência e soberania de fato.

No ano seguinte, em 1996, o Grito foi aprovado na Assembleia da CNBB, como ação integrante do Projeto Rumo ao Novo Milênio, em preparação ao jubileu do ano 2000. No processo da 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999) que trataria do resgate das dívidas sociais como condição para a celebração do jubileu, nasceu a Campanha Jubileu 2000, que aqui passou a ser denominada Rede Jubileu Sul Brasil. Durante o processo de discussões do resgate das dívidas sociais foi retomado o tema do endividamento interno e externo do país, que estava no esquecimento da pauta política nacional, como se fosse uma questão já resolvida.

Resultado de uma ampla articulação das pastorais, movimentos sociais e sindicais, organizações e igrejas, entre eles o Grito e Rede Jubileu, em 2000, aconteceu o primeiro plebiscito popular, de 2 a 7 de setembro, em um grande exercício pedagógico e de democracia direta, quando mais de 6 milhões de pessoas foram às urnas para opinar sobre a questão da dívida interna e externa do país. O lema do plebiscito era “A VIDA ACIMA DA DÍVIDA” e do Grito: “PROGRESSO E VIDA, PÁTRIA SEM DÍVIDAS”. Duas afirmações que se somaram. É neste processo que nasceu a Auditoria Cidadã da Dívida, proposta pela rede, e que se mantém até hoje.

Em 2002, novamente na semana da pátria, houve o maior plebiscito popular, com a participação de mais de dez milhões de pessoas, que votaram



majoritariamente contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a entrega da base de Alcântara para controle militar dos Estados Unidos. Bem como exigiram transparência nas negociações e que o governo Lula, então eleito, encampasse a proposta de realizar um plebiscito oficial sobre esses temas, o que não aconteceu.

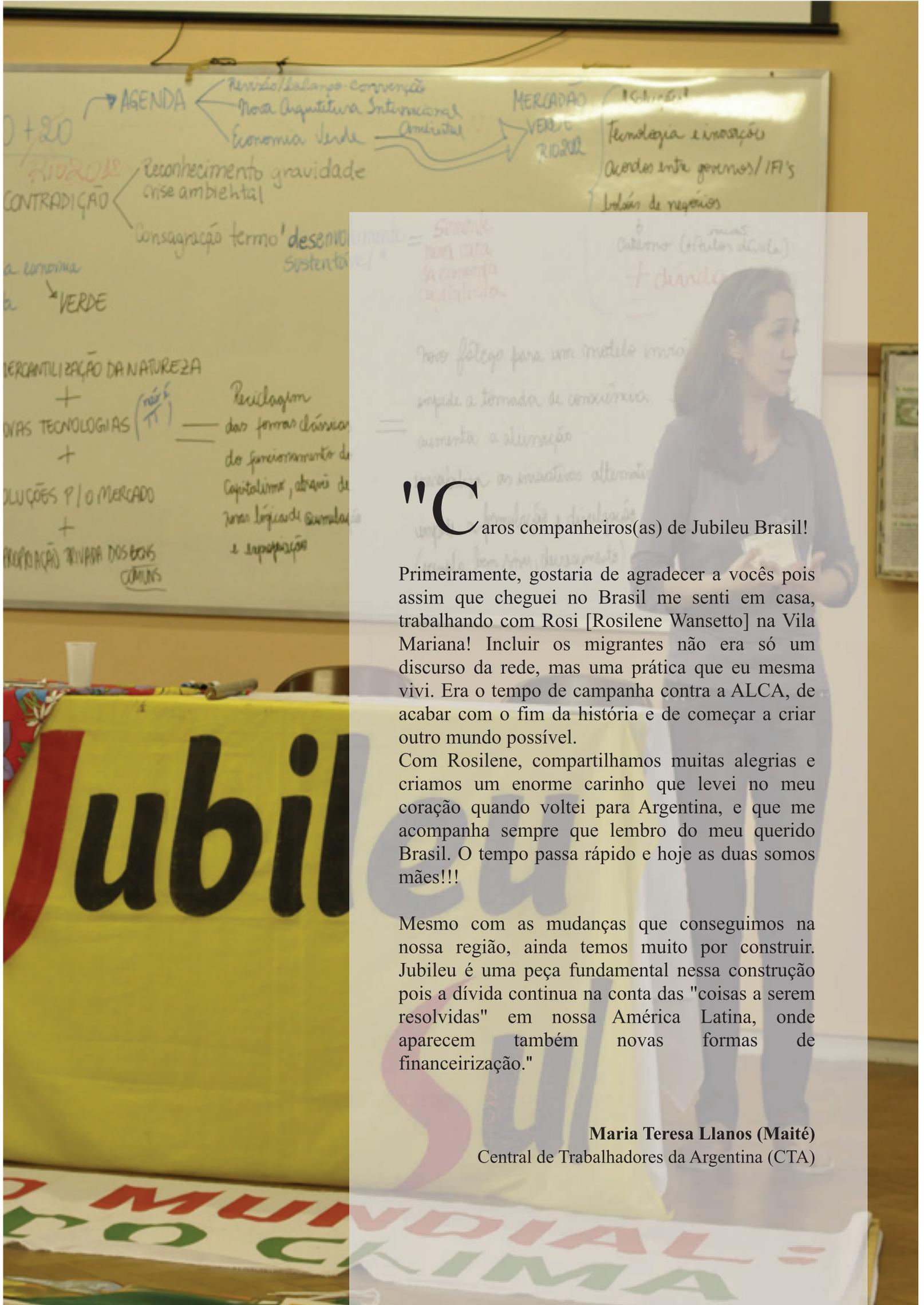
A estas ações seguiram-se outras, como o plebiscito sobre a privatização da Vale do Rio Doce, em 2007; a Assembleia Popular, em 2005, na 4ª Semana Social Brasileira; cursos e seminários. Em 2010, aconteceu o plebiscito popular sobre o limite da propriedade da terra e, na semana da pátria de 2014, foi realizado o plebiscito sobre a Constituinte exclusiva para a Reforma Política.

Cabe ressaltar que, apesar da importância dos temas dos últimos plebiscitos, houve menor participação de movimentos sociais no processo de construção da atividade e, em consequência, menor impacto junto à sociedade civil. O que demonstra uma fragilização dos movimentos sociais e talvez os resultados quantitativos e qualitativos dos cinco plebiscitos populares, a partir do ano 2000, sejam um indicativo importante para avaliar a atuação dos movimentos sociais junto à população.

Queremos felicitar a Rede Jubileu pelos 15 anos de compromisso e luta e desejar vida longa, para que juntos continuemos lutando por um projeto que coloque a Vida em primeiro lugar.

- - -





"Caros companheiros(as) de Jubileu Brasil!

Primeiramente, gostaria de agradecer a vocês pois assim que cheguei no Brasil me senti em casa, trabalhando com Rosi [Rosilene Wansetto] na Vila Mariana! Incluir os migrantes não era só um discurso da rede, mas uma prática que eu mesma vivi. Era o tempo de campanha contra a ALCA, de acabar com o fim da história e de começar a criar outro mundo possível.

Com Rosilene, compartilhamos muitas alegrias e criamos um enorme carinho que levei no meu coração quando voltei para Argentina, e que me acompanha sempre que lembro do meu querido Brasil. O tempo passa rápido e hoje as duas somos mães!!!

Mesmo com as mudanças que conseguimos na nossa região, ainda temos muito por construir. Jubileu é uma peça fundamental nessa construção pois a dívida continua na conta das "coisas a serem resolvidas" em nossa América Latina, onde aparecem também novas formas de financeirização."

Maria Teresa Llanos (Maité)
Central de Trabalhadores da Argentina (CTA)

As andanças do Bispo

Dom Demétrio Valentini - Bispo da Diocese de Jales



Um comício em Londres!

Quando em abril de 1999 terminei, finalmente, meu segundo mandato na CNBB, ainda tinha pela frente alguns compromissos marcados, que me implicavam uma longa viagem à Europa: participar da assembleia internacional da Cáritas em Roma, e ir para a Suíça participar do encontro das Nações Unidas sobre migrações. A estes dois compromissos se emendaram outros: ir para Londres e para a Alemanha, participar de encontros sobre Dívida Externa, assunto que tínhamos levantado com força na Terceira Semana Social Brasileira, e por isto queriam contar com minha presença.

Iniciei então a viagem, indo direto para Londres. Nunca tinha ido à Inglaterra. Pude conhecer, então, a capital do antigo império britânico: bem organizada, com amplos espaços arborizados, sobretudo ao longo do Rio Tâmis, onde aproveitaram as terras que pertenciam aos nobres, e as transformaram em praças públicas. Uma boa destinação da herança dos nobres!

Pois bem, a manifestação sobre a Dívida Externa estava marcada para o domingo dia 13 de junho. E deu sorte, pois foi um dia bonito, o primeiro dia de sol na lenta primavera inglesa. E isto ajudou para o povo atender ao apelo das organizações. E deu uma multidão calculada em 50 mil pessoas, que saíram às ruas. E de repente, me vi participando de um comício em plena Londres, discursando na famosa “Trafalgar Square”, a praça onde está a estátua de Nelson, aquele que venceu Napoleão. Do pedestal da estátua improvisamos o palanque para nosso comício. E foi muito aplaudido, mesmo se os ingleses continuam com culpa no cartório nesta história de dívida externa. Mas afinal, é preciso sacudir as velhas heranças!

Foi o que fizemos duas semanas mais tarde, em Colônia, na Alemanha. Enquanto os Sete grandes se reuniam, para fazerem seus planos, nós, os pobres do terceiro mundo, nos reunimos também, e embalados na ideia do Jubileu, do “Perdão das Dívidas”. Junto com a multidão, lá também, cercamos a cidade num grande abraço, para dizer que os povos do mundo querem outra ordem, com mais justiça e mais vida, e não a globalização que só favorece aos ricos. Em todo o caso, conseguimos que eles ao menos promettessem abater a dívida de países pobres.

Enquanto isto, já tinha ido a Roma, participar da assembleia da Cáritas. E de Colônia fui a Genebra, na Suíça, onde ainda existem alguns escritórios das Nações Unidas, herança ainda do tempo da “Liga das Nações”, organizada depois da primeira guerra mundial.

Genebra é o símbolo da função de mediação que a Suíça exercia tempos atrás, e que agora está perdendo cada vez mais. Uma cidade limpa, rica, bonita. Mas, o que quase não se vê por lá são crianças. E discutindo sobre migrações, a própria Suíça é dos países que mais fecha as fronteiras para não receber migrantes, para não correr o risco de repartir sua riqueza. Só que alguns se perguntam com quem vai ficar esta riqueza daqui a algumas décadas, se não houver mais suíços para herdá-la!

De Genebra peguei o trem, e fui para o norte da Itália, passar ao menos dois dias na casa dos parentes, no lugar onde nasceu o avô Felice Valentini. E de lá voei de volta para o Brasil, para encontrar, como sempre, a pilha de compromissos a me esperar.

Contribuição da Rede Jubileu na defesa da justiça e dos pobres

Pe Ari Antônio dos Reis - CNBB

A história de quinze anos de caminhada da Rede Jubileu Sul Brasil está ligada ao processo de comprometimento com a causa dos pobres da sociedade, viabilizado na luta pelos direitos sociais. Desde do seu nascimento, a rede Jubileu tem protagonizado a articulação das forças sociais em defesa dos direitos da população. É um compromisso importante que exige apoio e solidariedade.

Compreendemos que, neste papel, a rede Jubileu incide nos diferentes grupos sociais, com os quais se relaciona. Apresenta uma pauta necessária que também é assumida pela Igreja latino americana comprometida com os pobres.

Ao colocar em debate as injustiças sociais, a rede Jubileu, com a metodologia própria da sociedade organizada, assumiu o espírito da Conferencia de Medellín (1968), que já denunciava, no contexto latino americano e brasileiro, a miséria como fruto da injustiça que clama aos céus . Lutar contra injustiça social se configura em opção pelos pobres miseráveis. Foi uma proposição eclesial que contou, nos anos posteriores, com a ajuda significativa dos movimentos sociais na sua efetivação, não como disputa de espaço, mas como complementariedade das ações da Igreja nos seus processos. O caminho da opção pelos pobres foi ratificado em Puebla (1979) e afirmado em Aparecida (2007) como um princípio teológico, quando Bento XVI afirmou que a opção pelos pobres é intrínseca à fé cristã. Diríamos que a índole teológica pastoral dessa opção é reforçada pela ação social de movimentos como a rede Jubileu.

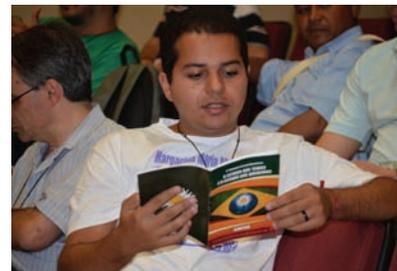


Foi muito importante a caminhada em comum Rede Jubileu/pastorais sociais pela soma de metodologias, conteúdos e práticas, que legaram grande enriquecimento e com isso condições de otimizar o debate sobre os direitos sociais e a presença samaritana da Igreja junto aos pobres.

Nesta caminhada em comum cabe destacar os processos das Semanas Sociais Brasileiras que trouxeram às pastorais sociais e aos movimentos sociais um acúmulo político significativo. Pelo fato pautar temas de interesse de toda a população brasileira destacando-se os direitos sociais, incidiu na caminhada da Igreja, mas também nas pautas das diferentes entidades da sociedade civil.

Sintonizada com este caminhar solidário foi realizada a 5ª Semana Social Brasileira (2011-2013) que propôs como tema de reflexão o Estado brasileiro, com o lema o “Estado que temos e o Estado que queremos”. Foram três anos de intensa reflexão nas diferentes regiões do Brasil. Ressalta-se a contribuição da rede Jubileu na coordenação ampliada da Semana Social e também na realização de um evento muito importante, o debate sobre o Estado financeirizado, ocorrido em abril de 2013 na cidade de São Paulo.

Saudamos os irmãos e irmãs da rede Jubileu Sul neste momento significativo. Reiteramos o desejo de caminharmos juntos, lembrando a palavra do anjo do Senhor ao profeta Elias: “tens um longo caminho a percorrer” (1Rs 19,7). Sabemos deste desafio. A consciência de aliados caminhando conosco nos anima a continuar na estrada.



"Conheci mais profundamente o trabalho do Jubileu Sul Brasil em 2002, quando foi realizado o Plebiscito Popular sobre a ALCA. Na minha opinião, esta foi uma das maiores e mais bonitas campanhas dos movimentos sociais brasileiros. Mais de 10 milhões de pessoas se manifestaram contra a assinatura deste acordo. Todos os sindicatos da classe trabalhadora e movimentos populares, independentes de cores e bandeiras, se envolveram no trabalho de base e conscientização da sociedade sobre as implicações da Área de Livre Comércio das Américas, proposta pelos EUA. Desde então, o Jubileu é uma referência de luta e militância para mim. Nos últimos 4 anos, estivemos mais uma vez trabalhando juntos na Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Acredito no compromisso e seriedade do Jubileu na construção de um país com igualdade social!"

Katia Marko – Jornalista/RS





“Quando em 1998/1999 escutei de colegas e amigas/os sobre a criação da rede Jubileu Sul Brasil acolhi as falas e a intencionalidade com certa confusão. É que elas me apresentavam como um enigma vindo de pessoas malucas que, sob a influência de celebrar o 'fim do mundo' – pois era o que se falava popularmente, que o mesmo não passaria do ano 2000. E que por isso mesmo os/as amigos/as queriam criar uma rede global para não morrerem sozinhos. Agora vejo no que deu, 15 anos se passaram, o novo se fez presente e passado, se impôs rumo à construção e apoio de outras redes que certamente farão surgir novas. Longa vida ao Jubileu Sul!”

Argemiro Ferreira Almeida
Associação Rede Rua, Salvador, Bahia.

Quando uma parte da sociedade se move, toda a sociedade se move junto

Luiz Cláudio Mandela - Caritas Brasileira

Olhar na história da luta social na América Latina sempre nos remete a observar como foi importante o papel das “frentes” (articulações de organizações, partidos ou movimentos com o objetivo de atuar ou enfrentar um opositor em comum). No Brasil este “gene” estratégico também demonstrou grande influência em todos os grandes momentos históricos das lutas e conquistas populares. Foi neste contexto que nos momentos finais da década de 1990 que, irmanados com o movimento mundial pelo perdão das dívidas, movimentos sociais, sindicais, Ongs e pastorais sociais resolvem se constituir numa articulação viva com a tarefa de mobilizar, animar e fomentar a temática das dívidas junto ao povo brasileiro. Quem diria! Já se passaram 15 anos do Simpósio que deu início em todo este processo. Nesta uma década e meia, podemos afirmar sem muitas preocupações, que a rede Jubileu Sul Brasil esteve presente, ativa e contribuiu de forma decisiva, em alguns casos, para que a sociedade brasileira e especialmente os mais empobrecidos não sofressem com o avanço do capital .



Sendo criada num momento de crise econômica e política e com um objetivo claro e específico de debater a problemática das dívidas (interna e externa). A rede Jubileu Sul, assim como outras, é também uma estrutura da sociedade contemporânea globalizada. Ela está relacionada com um tipo de dinâmica social e atua segundo objetivos políticos e estratégicos.

Neste sentido, podemos afirmar que mesmo tendo nascido num momento de crise econômica e com um objetivo claro de atuar no campo temático das dívidas, a rede Jubileu vem cumprindo um papel estratégico de dinamizar processos, fomentar metodologias e assumir o papel histórico e “profético” em temas não muito “digestos” para muitos movimentos, partidos e organizações populares e de esquerda, colocá-los em debate na sociedade. Manter-se firme e atenta aos sinais dos tempos, às mudanças e transformações da sociedade brasileira e mundial, tendo na sua composição uma diversidade imaginável de

bandeiras, ideologias e horizontes de lutas políticas foi sempre o grande carisma da rede Jubileu Sul Brasil.

Neste momento de “debute”, se quisermos parabenizar o Jubileu Sul, poderíamos fazê-lo com o reconhecimento de seu papel duplo de ao mesmo tempo ser o nó de unidade e a desatadora de tantos outros nós que surgiram no decorrer deste período.

Os plebiscitos populares se constituíram num grande exemplo disto. Colocado, em principio, como uma ação política, voltada à vivência da democracia direta, os plebiscitos, foram se consolidando como uma grande ferramenta político-pedagógica de educação popular. Assim como os plebiscitos, as Semanas Sociais Brasileiras, ação proposta pela CNBB, foram assumidas pela rede Jubileu Sul, fazendo com que estas se ampliassem para setores “de pouco diálogo” com a igreja católica o que possibilitou que as reflexões propostas pelas Semanas Sociais atingissem uma parcela cada vez maior da sociedade brasileira.

Mesmo sendo um momento de comemoração é tempo também para a rede Jubileu Sul se debruçar sobre si, pensar sobre o objetivo e o motivo pelo qual foi criada, compreender-se em um tempo de mudanças, profundas e estruturantes na sociedade brasileira.

O desafio do novo momento histórico, exige das organizações populares e dos movimentos sociais muito discernimento, atravessamos um período de profundas mudanças no interior da sociedade e, como costumamos afirmar, “quando uma parte da sociedade se move, toda a sociedade se move junto”. Estar atento e atuante, contribuindo, inclusive, com este movimento, sempre foi papel histórico adquirido pela rede Jubileu Sul. Afinal de contas, como nos afirma Paulo Freire, “todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje... Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos”. Salve o Jubileu Sul!

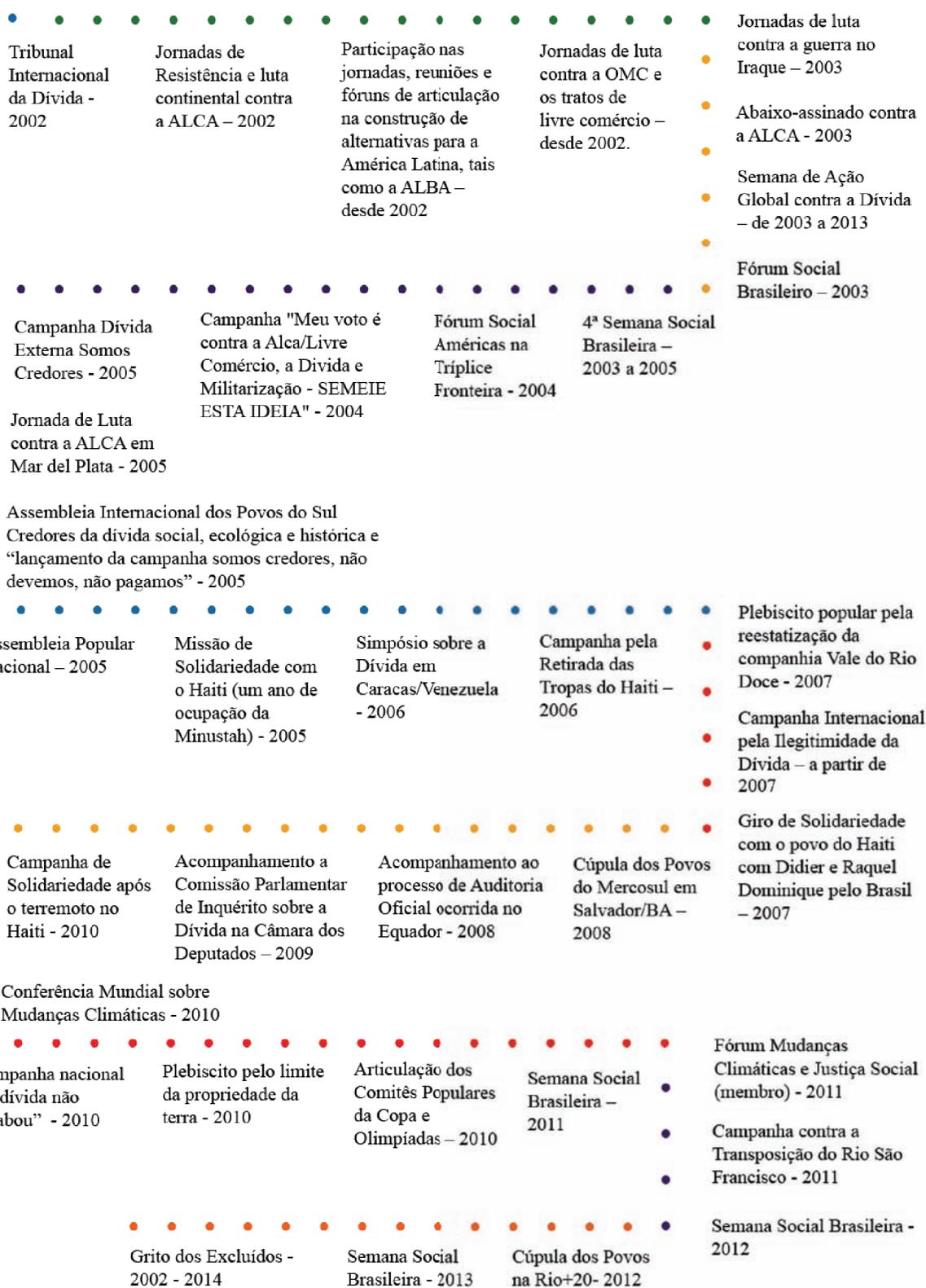
Jubileu Sul Brasil

15 anos

- Tribunal da Dívida Externa, Rio de Janeiro - 1999

- Plebiscito popular sobre a Dívida - 2000

- Coleta de assinaturas (abaixo assinado) pedindo plebiscito oficial e auditoria da dívida conforme resultado do plebiscito da dívida - 2001



**não devemos
não pagamos**